

46Olivo Donatti, como Titular, e o Sr. Elton Roberto Weber, como Suplente, em substituição ao Sr.
47Anselmo Piovesan. Eram estas as Comunicações Gerais. Ainda não temos *quorum*. Estamos com todo
48o material e pessoal que se comprometeu a vir fazer a apresentação com relação à Gestão
49Ambiental Compartilhada está aqui, os dados estão aqui, e os principais interessados, pelo que posso
50ver, que queriam esta reunião, estão aqui, e questiono se damos continuidade à reunião sem *quorum*,
51se fazemos a apresentação ou tomamos outra deliberação. A palavra está com os senhores. **Sr. Luiz**
52**Paulo Rodrigues Cunha:** Boa tarde a todos. Esta é a segunda oportunidade em que a gente tenta
53atender o pedido feito aqui neste Plenário de apresentar o tema previsto na pauta de hoje. Agora, com
54a chegada da representante da Amigos da Terra, serão apenas três que faltam. O encaminhamento que
55eu daria é o seguinte: que possa ser feita a apresentação, porque acho que os principais interessados
56estão vindo aqui pela segunda vez para assistir à apresentação. O que fica prejudicado nesse aspecto
57são as questões de caráter deliberativo. Eu tenho a esperança de que cheguem mais dois ou três
58Conselheiros no andar da reunião. O Prof. Dilda é um que está chegando já em seguida. Se não
59atingido o *quorum*, pelo menos terá sido feita a explanação a todos aqueles interessados, e as questões
60de mérito poderão ser trazidas na reunião ordinária, prevista para a semana que vem. Esse é o
61encaminhamento que eu daria, para não perdermos a viagem mais uma vez. Sabemos que é um dia
62atípico, este temporal que caiu deve estar dificultando as pessoas. O número dos que justificaram a
63ausência é também bastante expressivo, mas tenho expectativa de que teremos *quorum*. Então,
64encaminho no sentido de que se faça a apresentação, apenas não poderemos deliberar enquanto não
65houver *quorum*. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Temos a informar também a presença do Químico
66João Batista, o Conselho Regional de Química, que o Conselho vai procurar acompanhar as reuniões
67do CONSEMA também. Nós fazemos a proposição do Dr. Cunha, que sugere que a gente faça a
68apresentação, dê continuidade a reunião. E as questões de mérito, tanto com relação, por exemplo, a
69aprovação da nova composição da Câmara Técnica, que se deixe para o fim se houver *quorum*. Os
70Conselheiros que concordarem, por favor, levantem a mão para continuarmos com a reunião. **Sra. Edi**
71**Xavier Fonseca:** Quantos justificaram a ausência? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** A Instituição
72Universitária, a Sociedade de Engenharia, a FAMURS, o SEDAI. Há alguma outra proposição além
73da do Dr. Cunha? Os Conselheiros que concordarem que se continue a apresentação da palestra sobre
74Gestão Ambiental Compartilhada, e depois se veja o *quorum* para as questões de mérito, por favor,
75levantem o cartão: onze. Os que se abstêm, por favor, levantem a cartela. Os que são contra a
76continuidade. Então, vamos dar continuidade. Por favor, a Eng.^a Karla pode coordenar a apresentação
77dos quatro palestrantes. **Sr. Geraldo André Susin:** Srs. Conselheiros e Conselheiras, só aproveitando
78a oportunidade para apresentar o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Caxias do Sul, a
79presença dele aqui, o Filipe Slomp Gizolu. Só para constar. Obrigado. **Sra. Karla Piper:** Boa-tarde
80a todos. Gostaríamos de iniciar este trabalho trazendo a vocês como está composta hoje a Comissão
81de Municipalização. A Comissão de Municipalização é um grupo formado pela Secretaria, com ações
82vinculadas, o DEFAP, a FEPAM e a Fundação Zoobotânica. E hoje ela está formada com nove
83pessoas, são três biólogos, dois advogados, um engenheiro florestal e uma engenheira química. Eu
84coordeno esse grupo e está aqui presente também o Presidente da Câmara Técnica de Gestão
85Compartilhada, o Prof. Mário Teixeira, que vem fazendo um trabalho nessa questão da
86municipalização. Então, essa equipe da Comissão de Municipalização vem encaminhando aos
87senhores os pareceres que passam pela Câmara Técnica e chegam para a apreciação dos senhores. A
88composição da Comissão de Municipalização: ela é formada por três biólogos, dois advogados, dois
89engenheiros florestais e uma engenheira química. Esse grupo se reúne toda quinta-feira à tarde, com o
90objetivo de analisar os processos de municipalização. Nós dividimos essa exposição, Presidente, em
91três partes: a primeira parte é a tabulação dos dados, o que é realmente este Conselho tem um enfoque
92principal. A apreciação desses dados, a apresentação dessas informações vão ser feitas pela Arai e
93pelo Clebes, que são pessoas que vêm trabalhando nesse levantamento, nesse monitoramento dos
94municípios há bastante tempo, e que têm com certeza bastante informações a fornecer a este
95Conselho. Depois gostaríamos de apresentar um projeto que vem desenvolvendo entre umas das
96atividades a municipalização. Vamos falar em linhas gerais como que a municipalização está sendo
97trabalhada na Secretaria hoje. E por último temos aqui a participação da PROCERGS e da
98MICROSIGA, que nos trazem algumas informações sobre o sistema de informática que estamos
99trabalhando para complementar o sistema que já existe hoje. Eu gostaria, então, de passar a palavra
100para a Arai, e antes de começarmos, propriamente dito, gostaria de dizer a cada um dos senhores que

101qualquer informação que for colocada aqui está à disposição, e aí com o devido encaminhamento pelo
102Presidente do CONSEMA a qualquer um dos Conselheiros. **Sr. Arai Paz:** Boa-tarde a todos. Eu
103trabalho na Divisão de Licenciamento da FEPAM, e a Divisão de Licenciamento, juntamente com a
104Divisão de Informatização e Sistematização da FEPAM, logo que começaram as primeiras
105homologações procurou conversar com os municípios e disponibilizar um sistema pelo qual eles
106pudessem nos apresentar dados técnicos e quanto ao licenciamento que estavam fazendo, que fosse
107uma maneira bem simples de apresentar. Então, os dados que vamos apresentar hoje estão vinculados
108ao uso desse sistema que disponibilizamos, um sistema informatizado que a SEMA, por meio da
109FEPAM, disponibilizou para os municípios e que da parte da Área Técnica da FEPAM uma série de
110análises dos dados principais, os dados mínimos principais técnicos que a Entidade gostaria de
111receber dos municípios a fim de ter as informações que pudesse dar um panorama sobre o
112licenciamento municipalizado. Então, vou iniciar com um histórico: no início de 2002, que tivemos as
113primeiras homologações, habilitações, fizemos uma reunião no primeiro semestre de 2002, já
114preocupados com a questão dos municípios nos apresentarem os dados. Fizemos uma reunião
115apresentando os principais conceitos que viabilizassem a integração de dados entre o Município e a
116FEPAM, porque dentro do sistema de licenciamento existem determinados conceitos que deveriam
117ser idênticos. O sistema não poderia receber dados que não fossem compatíveis com os conceitos
118utilizados pela FEPAM. Então, fizemos em julho de 2002 uma reunião apresentando esses conceitos
119principais para os municípios. Depois fizemos duas reuniões com grupos de municípios que já
120estavam próximos, ou que já haviam completado o período de entrega de dados à Comissão de
121Municipalização para, enfim, apresentar o sistema desenvolvido pela Divisão de Informação e
122Sistematização da FEPAM. Então, foi uma reunião em maio de 2003 e em setembro de 2003. O
123objetivo das reuniões de junho e de setembro foi apresentar aos municípios, então, a maneira pela
124qual deveriam apresentar os dados para serem armazenados pela SEMA por meio da FEPAM. Quais
125os conceitos que trabalhamos para que pudéssemos trocar as informações? O conceito de
126empreendedor e empreendimento, que é um conceito básico que deveríamos falar exatamente a
127mesma linguagem do empreendedor, para a FEPAM deveria ter o mesmo conceito que cada município
128que compartilhasse desse sistema. Enfim, o empreendedor é uma pessoa física ou jurídica, que é
129responsável pelo empreendimento, ou pela atividade. E que o empreendimento, então, é a atividade
130em um determinado local que está sendo desenvolvida e que está podendo alterar o meio ambiente. O
131ramo de atividade que nós acrescentamos à tabela da FEPAM e a tabela da Resolução 05/98, a eles o
132conceito de porte, porque a cada uma daquelas atividades, a cada um desses ramos de atividade nós
133vinculamos uma medida de porte. Dessa maneira, então, a medida de porte para que indústria, por
134exemplo, é metros quadrados de área útil. Já para uma suinocultura é o número de cabeças abatidas,
135depende do número de cabeças criadas pela terminação, ou número de matrizes, quando for PC.
136Enfim, cada ramo tem uma unidade de porte específico para aquele ramo. E apresentamos, então, o
137próprio sistema de licenciamentos, os conceitos das diversas licenças emitidas. Trabalhamos com os
138dados que nós gostaríamos de receber dos municípios; ou seja, o dado básico do empreendedor, que
139seria a razão social, ou o nome do empreendedor, o CNPJ no caso do empreendedor ser pessoa
140jurídica, ou CPF no caso de ser uma pessoa física. E os dados a partir daí estavam referenciados ao
141empreendimento, ou à atividade. Aí nós pedimos o endereço do empreendimento, a data de início de
142funcionamento. Se naquele período houve desativação, que data que houve a desativação daquele
143empreendimento. A descrição, qual era mesmo a atividade executada ali, qual o ramo e a medida de
144porte. Se houvesse adução de água qual a vazão de área aduzida, se houvesse geração de afluentes
145líquido qual a vazão lançada, qual o corpo receptor. E aí, como corpo receptor, nós pedimos o tipo,
146agora estamos acrescentando, inclusive para os próximos dados, depois do tipo a identificação desse
147corpo receptor, mas hoje o que solicitamos é qual o tipo de corpo receptor no qual são lançados os
148afluentes líquido. Se o descarte é contínuo ou em batelada, porque no nível das atividades que foram
149listadas na Resolução 05, muitos empreendimentos gerados de afluentes líquidos não os lançam
150diariamente, lançam em bateladas semanais, em alguns dias por semana. Então, quando é por batelada
151o Município também, estamos solicitando que eles nos enviem os números de dias lançados,
152indicando a medida, se é dia por semana, ou dia por mês. Além disso, no caso de indústrias, nós
153pedimos para que fossem alimentados também dados com as principais matérias primas e os produtos
154gerados. Além disso, então, a informação da própria licença em si, se era uma licença prévia, uma
155licença de instalação ou uma licença de operação. Temos verificado que muitos municípios têm

156licenças únicas também, então, alguns nos repassam esse tipo de informação: numeração, data de
157início e final de vigência. Então, esses foram os dados básicos que solicitamos aos municípios em
158uma base de dados que foi desenvolvida na própria FEPAM. O que a FEPAM disponibilizou? Então,
159em 2003 a FEPAM disponibilizou, via internet, um sistema para que o município apresentasse aquelas
160informações que eu relatei atrás, referente ao licenciamento que realizou. E ainda nesse período
161fizemos as reuniões e treinamento dos municípios para que pudessem fazer essa inclusão de dados no
162sistema. Como eles faziam isso? Hoje o sistema está um pouco modificado, mas temos na nossa
163página um *link* direto com o sistema, em que o município acessa pela nossa página, aí ele vai-se logar.
164Cada município tem uma chave do município, e ainda cada usuário dentro do município pode obter
165uma senha próprio para a entrada de dados. Então, ele vai-nos dar os dados de empreendedor, a razão
166social, o CNPJ, o CPF, ele vai cadastrar o empreendimento e ainda vai poder cadastrar todas aquelas
167situações ali. Todas aquelas informações que eu relatei ele vai-nos apresentar, mais ou menos nesse
168formato, esse foi um teste. O Município de Araricá não está habilitado, utilizamos o nome só para
169teste. Então, eles nos dão a informação, qual o número do empreendimento, a razão social, ou o nome;
170o documento de identificação, qual o endereço do empreendimento, se há algum telefone para contato,
171o *e-mail* desse telefone de contato, a data de início de funcionamento e a data de desativação. A
172pesquisa de ramo nós já trazemos, os ramos que são relacionados na Resolução 05, e o ramo atual,
173porque em 2001 fizemos uma alteração na tabela de ramos de atividade da FEPAM. Inclusive estamos
174trabalhando no sentido de equalizar os dados do anexo da Resolução 05 e da atual tabela de
175classificação da FEPAM; como eles poderiam, então, por exemplo, nesse caso cadastrar uma matéria-
176prima, ou o produto, ou, então, uma licença, o número da licença, que tipo de licença é, data de início
177e data final, se nesse período em que ele está prestando as informações foi revogada ou não, e se há
178alguma observação importante vinculada a essa licença. Então, todos esses dados estão
179disponibilizados na internet para os municípios apresentarem. Nós fizemos também um levantamento,
180todos os municípios tinham na Prefeitura disponibilidade de acessar a internet e de nos apresentar
181esses dados. Nessas reuniões que fizemos questionamos se haveria necessidade de disponibilizarmos
182um outro meio digital os dados para que fosse alimentado, mas não tivemos retorno de um município
183que não pudesse apresentar o dado pela internet. Nós tivemos nessas reuniões 29 municípios
184convidados a comparecer, compareceram 19 e 13 municípios desses 29, embora não tivesse
185comparecido mantiveram contato com a FEPAM para receberem informações e esclarecimentos
186quanto a alimentação desse dados. Aqui houve um erro, em vermelho temos a percentagem dos
187municípios que não compareceram: 60% dos municípios compareceram; 31% não compareceram; 9%
188embora não tivessem comparecido contataram a FEPAM para receberem esclarecimentos quanto ao
189sistema. Aqui a listagem para os senhores de todos os senhores que tiveram o prazo já vencido até a
190presente data para a apresentação de dados para nós, para a SEMA no caso. Nós temos 40 municípios
191que deveriam ter-nos apresentado dados até a presente data. Desses 40 municípios temos 26 que
192apresentaram no nosso sistema. Caxias do Sul e Pelotas apresentaram em meio digital, mas não
193apresentaram no sistema, então, não estão contabilizados aí, porque não tivemos ainda como passar
194para o sistema. Então, não estão contabilizados, estão contabilizados aqui todos os que usaram o
195sistema da internet, mais Porto Alegre e Novo Hamburgo que utilizaram o sistema próprio porque têm
196convênio com a FEPAM e no convênio eles têm um sistema mais completo de dados que devem
197apresentar. Então, estão computados esses municípios. Venâncio está computado aqui, o que
198aconteceu é teve problema e apresentou outros dados além desses, mas ele está computado aqui.
199Então, temos 40 municípios com mais de um ano de habilitação, desses 40 municípios 26
200apresentaram dados nesse formato, mais dois em meio digital, mas que não estavam acessando o
201sistema. Na realidade, não são 14 que não apresentaram, 12 municípios não apresentaram dados, 14
202não apresentaram no sistema. Então, temos em torno de 70%, porque 65 é sem contar Pelotas e
203Caxias, temos em torno de 70% dos municípios apresentando os dados, quer seja pelo sistema, ou
204quer seja por outro meio magnético, e em torno de 30% não apresentaram os dados para nós até a
205presente data, dos 40 que deveriam ter apresentado. Então, aqui a relação dos municípios que não
206apresentaram informações, repito novamente, no sistema, porque Caxias e Pelotas apresentaram em
207um sistema próprio deles. Então, aqui fizemos as manchas, ainda tínhamos, incluindo caxias e Pelotas,
208essa região abaixo e mais aquela maior como verde, e as demais seriam os que não apresentaram. Na
209realidade, não conseguimos cortar os ramos da 05, então, Porto Alegre está levantando esses dados
210para cima, mas a grande maioria dos dados recebemos, em torno entre 100 e 200 empreendimentos

211licenciados para o Município, boa parte dos municípios. E aqui estamos discriminando, então,
212verificamos que a grande quantidade de licenças emitidas é de licença de operação. Inclusive
213verificamos que existem alguns municípios como Igrejinha, Sapucaia do Sul, que têm um número
214bastante expressivo, Lajeado que tem um número bastante expressivo de informações apresentadas.
215Os ramos mais licenciados são mais ou menos estes: fabricação de calçados é um ramo bastante
216licenciado, fabricação de artefatos e componentes para calçados; fabricação de utensílios, peças e
217acessórios sem tratamento de superfície, sem fundição e sem pintura; fabricação de estrutura, artefatos
218e recipientes metálicos sem tratamento de superfície e sem pintura, que são os ramos que estão lá;
219loteamentos residenciais e fabricação de vestuários. São os ramos que encontramos com mais
220destaque. Então, basicamente são esses os dados, inclusive tivemos durante este ano três encontros
221com todos os municípios que foram habilitados. E nesses três encontros enfatizamos, na realidade, o
222número de inadimplência, de setembro para cá diminuiu muito, porque nessas três oportunidades nós
223também apresentamos o sistema. Após essa apresentação aumentou bastante a quantidade de dados
224que temos recebido. **Sr. Presidente:** Só para informar aos Srs. Conselheiros que já temos *quorum*,
225estamos com dezesseis agora. Estamos com *quorum*. **Sr. Clebes Pinheiro:** Boa-tarde. Só para
226complementar essa planilha de apresentação de dados das licenças. Os dados que estão apresentados
227aqui, na verdade, referem-se as atividades da Tabela 05 e que a FEPAM licenciava, que não
228licencia. Pelo trabalho que fazemos com os municípios, sabemos há muitas atividades que os
229municípios estão licenciando que não constam na tabela da FEPAM e nem na 05. Tipo: oficinas
230mecânicas, padarias, atividades que a FEPAM também não licencia. Então, essas atividades não
231entram nesse sistema que montamos, foi montado exclusivamente para computar aquelas atividades
232que nós fazemos. Os municípios que temos contatado estão fazendo isso, uns até: o meu universo de
233licença vai ficar um pouco defasado, porque estou licenciando muita coisa que não está no sistema
234de vocês. Estou colocando isso para clarear um pouquinho o funcionamento. É bem interessante esse
235aspecto, porque são coisas que nem a FEPAM licenciava, hoje o município em função disso está
236licenciando. **Sra. Karla Pipper:** Eu só gostaria de comentar que hoje nós temos habilitados no Estado
23774 municípios, mas como a Arai bem colocou, só são 40 municípios que têm que prestar essa
238informação pelo sistema. por que isso? Porque a Resolução 04, criada por este Conselho, lá no art. 5º,
239diz que o município deverá disponibilizar anualmente à SEMA, em meio magnético. Então, nós
240estamos falando em anualmente, estamos correndo o ano desses municípios que se habilitaram. Então,
241por isso não estamos aqui falando do universo dos municípios que estão habilitados no Estado.
242Sabemos que esses municípios que se habilitaram este ano e esses que se habilitaram no final do ano
243passado estão também alimentando o sistema, por quê? Porque uma vez que o município receba a
244habilitação, ou seja, possa começar a realização dos licenciamentos, ele recebe uma senha, e em um
245determinado momento, quando começar a emitir as licenças, ele pode ir alimentando esse sistema para
246que a SEMA e a FEPAM possam receber essas informações. Eu gostaria de colocar para vocês como
247está a situação no Estado hoje da municipalização, aproveitando um pouquinho para passar como
248estamos trabalhando isso. O que foi enfatizado pela Arai sobre esse curso de treinamento, nós foi
249fizemos um curso de capacitação para os técnicos municipais em setembro, outubro e novembro.
250Esses cursos atingiram cerca de 173 técnicos, desses 173 técnicos chegamos a 65 municípios. Então,
251realmente, os técnicos vieram, os palestrantes desse curso foram técnicos da FEPAM e do DEFAP –
252Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, e trouxeram para esses técnicos municipais as
253informações mínimas, ou básicas, para que esses técnicos possam trabalhar o licenciamento de forma
254responsável, mas com mais tranquilidade. O que nós enfatizamos bastante nesse curso de treinamento
255foram modelos, a operacionalização do processo de licenciamento para as mais variadas áreas. Então,
256nós falamos lá em loteamento do solo, que é uma das atividades que passa para o município até um
257determinado porte. As questões de agrosilvopastoril, suinocultura, avicultura, piscicultura, foram
258comentados e enfatizados nesse curso de capacitação. A agroindústria foi também comentado e acho
259que na parte da FEPAM seriam mais ou menos essas atividades em que nós conversamos, irrigação,
260as atividades de irrigação. E depois na parte do DEFAP nós fizemos um treinamento também, de um
261dia, informando aos municípios como trabalhar essa questão do corte de árvore, descapoeiramento,
262todas essas diversas atividades ligadas a nossa área florestal. Gostaria de colocar para vocês também
263que esses municípios que se habilitaram este ano receberam a orientação de uma central de
264atendimento, o SIGA, que é um projeto que tem uma das ações a municipalização. Criamos uma
265central de atendimento aos municípios. Então, temos atendido cerca de 15 municípios nessa central,

26615 município por semana, onde nós orientamos a eles o que é necessário para a habilitação. E essa
267interface está ficando tão favorável ao processo que, na verdade, os municípios não só se habilitam
268como buscam que têm buscado cada vez mais informações de como realizar o licenciamento depois
269de habilitados. Então, o objetivo dessa central de atendimento é justamente facilitar, mas não no
270sentido de diminuir a qualidade, bem pelo contrário. Nós sentamos com os municípios e conversamos
271com os técnicos municipais quais são os documentos necessários para a habilitação. Temos agora
272trabalhado muito com certa ênfase no que eles pretendem licenciar. Quer dizer, eles querem a
273habilitação, mas qual é a demanda de licenças que acreditam que vão ter e como estão trabalhando
274isso. Eu estou coordenando este projeto e coordeno a Comissão de Municipalização, e digo aos
275senhores que nós temos viajado o Estado do Rio Grande do Sul em várias associações e sentimos que
276muitos municípios querem participar desse processo e vêm encaminhando essa documentação. Hoje
277nós temos cerca de 60 processos tramitando e 09 realmente estão sendo bastante cuidadosos em não
278passar para a Câmara Técnica processo em que a gente sinta que não há todas as documentações
279necessárias pela Resolução 04 atendidas. Eu gostaria de colocar para os senhores também que nós,
280atentos às informações que a Arai colocou, estamos aqui com a PROCERGS para apresentar o sistema
281de informática que nós gostaríamos de implantar por meio desse Projeto SIGA na Secretaria Estadual
282do Meio Ambiente para que possamos ampliar o que já existe hoje. Então, eu gostaria que a
283PROCERGS fizesse essa apresentação, estamos com o Nelson Soares da PROCERGS. Nós entramos
284em contato com o município, o rapaz não está aí para mostrar o fluxograma, mas hoje a
285municipalização vem sendo trabalhada pela Secretaria da seguinte sistemática: em um primeiro
286momento encaminhamos, o processo entra por meio da central de atendimento. Ele é protocolado e
287vai direto para a assessoria jurídica da SEMA, onde ela faz uma análise dos documentos necessários.
288Feito isso o processo foi encaminhado a essa Comissão de Municipalização, que é uma equipe
289multidisciplinar, que analisa esses processos, elabora um parecer. Com a elaboração desse parecer é
290encaminhado à Câmara Técnica ou não. O encaminhamento à Câmara Técnica, logo em seguida a
291Câmara Técnica avalia novamente esse processo e encaminha para o CONSEMA. Então, o fluxo de
292andamento do processo é esse, e o momento em que nós entramos em contato com o município é na
293Comissão de Municipalização. A Comissão de Municipalização faz a análise do processo e verifica se
294deve ou não chamar o município para uma complementação de documentações, complementações no
295plano ambiental. E aí eu gostaria de colocar para os senhores que a Câmara Técnica realmente vem
296exigindo algumas complementações no plano ambiental, e nesse caso o processo não vem aqui para os
297senhores apreciarem, retorna à Comissão de Municipalização, que volta a chamar o município e
298solicitar ao município as complementações para que isso ocorra. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Eu
299não sei se os Srs. Conselheiros concordam, mas a gente podia terminar a apresentação da PROCERGS
300e depois passaríamos para uma fase geral de perguntas. Pode ser? Não sei se o Prof. Mário também
301vai querer falar alguma coisa antes da fase de perguntas, aí depois a gente deixa a palavra à
302disposição. A PROCERGS já estaria pronta para a apresentação? **Sr. Clebes Pinheiro:** Um aspecto
303que eu havia esquecido, acho bom salientar para os Srs. Conselheiros que as atividades apresentadas
304das licenças se referem à atividades licenciadas pela FEPAM. Existe um universo também de
305atividades que são referência ao DEFAP, que é o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, que
306refere-se à Tabela n.º 016. Não estão computadas porque esse procedimento que vocês assistiram foi
307elaborado por atividades da FEPAM. Então, as licenças que os municípios, porventura, emitiram da
308área florestal não estão computadas aí, existe um universo bastante significativo que já sabemos. **Sra.**
309**Karla Pippert:** Quanto a isso que o Clebes falou nós temos, o DEFAP vem fazendo esse
310monitoramento e de uma maneira um pouquinho diferente que nós colocamos aqui. Por quê? O
311DEFAP tem no Estado hoje 25 regionais. Então, a proximidade do regional com o município é muito
312maior. O que está ocorrendo bastante é que os regionais estão ajudando, auxiliando esses técnicos
313municipais na emissão dessas licenças, na liberação dessas licenças. Esses dados referentes ao
314DEFAP nós temos eles tabulados e temos como passar para os senhores para que vocês possam
315verificar a quantidade de licenças que já foram emitidas, então, relacionadas a essa área. Eu gostaria
316de passar para a PROCERGS. **Sr. Nelson de Jesus Soares:** Boa-tarde. Primeiro, temos uma noção
317bastante clara da importância deste grupo, deste Conselho, a profundidade que tem as suas decisões.
318Quer dizer, no momento em que estamos falando da teoria da falcência da Terra, eu estava lendo isso
319em um livro do Washington Novaes; ou seja, as decisões advindas deste Conselho realmente têm um
320impacto muito profundo em termos de gestão ambiental. Eu venho aqui em nome da PROCERGS,

321estamos como função de empresa, como função de Estado, trazendo a nossa contribuição para esse
322processo de gestão ambiental. Eu também confesso que venho com uma dupla personalidade porque
323também sou um militante, 17 anos de movimento comunitário, e temos um projeto muito aprofundado
324em termos de gestão. Então, vamos dar uma pinceladinha rápida, ver como isso se entrega ao contexto
325dos nossos sistemas. Essa importância do Conselho, digo-lhes também, confesso que faço parte do
326Conselho Municipal do Desenvolvimento e Ambiental, onde temos esse azinho do PDDUA aqui de
327Porto Alegre, no nosso Município realmente é uma coisa bastante aprofundado. Foi um plano parido
328há 09 anos, ele ficou de 91 a 99 em discussão esse Plano Diretor, discussões acirradas, e hoje já
329bastante engajado dentro dos princípios da Agenda 21. A Agenda 21, ela toda entendida, baseada em
330um processo de planejamento participativo e se estendendo para as comunidades. Então, prometo para
331vocês, é como dizia um amigo meu, não sei se o pior é o economês, ou o informates, prometo para
332vocês que não vou massacrá-los aqui com sopa de letrinhas. Acho que o objetivo maior nosso até é
333uma reflexão sobre esse contexto e qual é a linha meta que estamos seguindo. Acho que não há uma
334decisão hoje e um sistema que vá ser construído rapidamente para resolver o problema da informática
335ambiental. A informática ambiental tem dois sistema no mundo, que realmente derivaram como
336solução abrangente. Temos um em São Paulo, que talvez seja o nosso *benchmarking*, que é o BIOTA-
337SP, que estamos tirando como um certo modelo para desenvolver um grande sistema para a área
338ambiental. O nosso foco é a municipalização, mas não podemos perder de vista esse contexto todo,
339porque sabemos que estamos vivendo o mundo em rede, temos que seguir essas tendências. Então,
340para vermos qual o contexto que estamos falando, ou seja, temos aqui hoje sem dúvida nenhuma,
341vivendo um momento de sociedade e informação, o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia está
342desenvolvendo um trabalho abaixo do PROJETO Avança Brasil, onde se lançou o Livro Verde. Esse
343Livro Verde dá todas as diretrizes da informática do Brasil e das telecomunicações. Isso é uma coisa
344interessante, a informática e a telecomunicação se fundiram e se fala em telemática, isso é uma coisa.
345A outra coisa, por exemplo, nós na PROCERGS somos condicionados a não falar em computador,
346não existe o computador, mas existe a rede. Ou seja, o mundo está em rede, nós estamos em rede, só
347se fala em rede. Então, como eu disse: o meu micro, o meu computador; não, é rede, pensa-se rede
348hoje. Nós vamos explorar isso aqui, mas a velocidade com que as ciências e tecnologias estão
349entrando é dez vezes maior do que o rádio, é dez vezes maior do que a televisão. Ou seja, a entrada de
350computador, a entrada na rede é de uma velocidade assustadora. Então, é um movimento irreversível e
351isso tem impacto, sem dúvida nenhuma nos sistemas de informação. Basicamente, só para darmos
352uma ilustrada, o que está fazendo essa revolução toda? O ponto principal que chamamos aqui de
353convergência, ou seja, a representação única da informação. Hoje representamos conteúdos, como
354livros, filmes, música, a transmissão e recepção de dados, voz e imagens. E na computação, a
355informática e suas aplicações, tudo isso aqui está sendo representado na forma digital. Então, isso
356aqui transforma todo o processo produtivo. Para vocês terem uma idéia, nesse ano de 92, nos Estados
357Unidos se vendeu mais máquina digital do que a máquina do filme. Então, vocês imaginam o que isso
358proporciona, de toda aquela linha de produção que tinha, de todos os componentes de revelação de
359filme, de secar, toda aquela indústria que vinha atrás disso; ou seja, pegar estúdio de fotografia,
360estúdio de som. Então, está havendo uma revolução total em função dessa grande, digamos assim, da
361representação das informações. Ou seja, é computador transformando-se em aparelho de tv, a foto sai
362do álbum e vai para o disquete, o livro, do papel para o vídeo, e assim por diante; ou seja, essa
363convergência era a base. O barateamento dos *hardwares* e a internet, realmente, proporcionaram essa
364grande revolução. Esse é um primeiro contexto. Um outro ponto que a gente poderia, rapidamente,
365abordar, esse Programa Sociedade e Informação já lançou o Livro Branco. O primeiro era de diretrizes
366e agora são de ações praticamente ditas. Isso aqui é interessante para entendermos, que tanto a
367ecologia como a informática são disciplinas emergentes, ou seja, não podemos hoje pensar que vamos
368ter sistemas em estado da arte. Vejam bem, em 72 tivemos aqui, na década de setenta, na verdade,
369tanto a informática como a sistematização dos processos da ecologia, esse tratamento iniciou-se nessa
370década. A internet praticamente surgiu agora em 95, temos o quê? Sete, oito anos de internet. Isso
371tudo está nascendo. Esse é outro grande problema, ou seja, é o descompasso entre a evolução
372tecnológica e os processos. A tecnologia atropela os processos, os processos culturais, a
373administração das mudanças, as gerências de processos andam infinitamente aquém da tecnologia.
374Um outro grande problema é, digamos assim, o contraste entre os incluídos e os excluídos. Hoje, em
375termos de governância, nós temos governância eletrônica, 99% das declarações de imposto de renda,

376ou seja, vinte milhões foram entregues pela internet. Nós temos dezesseis milhões de analfabetos,
377temos cinquenta milhões de brasileiros na linha de miséria e, no entanto, temos quarenta milhões que
378têm cartão de crédito. Os índices recentes de inclusão digital divulgado pelo IBGE disseram o
379seguinte: há 14% de incluídos, os domésticos, e 27% nas escolas. Então, são dados assustadores do
380contraste do nosso País. E corremos o risco, e tem que se adendar no mesmo compasso, que não
381devemos fazer uma elitização dos nossos processos. Se não temos lá na ponta alguém que
382consiga ver o que estamos vendo e pegar as nossas informações, vamos estar elitizando e conseguindo
383chegar só naqueles que conseguem ter computador. Por último aqui, o planejamento ambiental, esse
384problema é o mais complexo de todos e é o que mais nos afeta agora do sistema de municipalização,
385que é um sistema de integração extremamente complexo. Ou seja, nós temos aqui, vamos dar uma
386olhadinha rápida depois quais são esses componentes, e essa experiência que estamos tendo aqui com
387o Plano Diretor de fato mostra que a Agenda 21, na verdade, ela está correta nesse aspecto do PPP,
388que é o Processo de Planejamento Participativo. Os mecanismos de gestão pública, isso temos que ver
389como se processa nos municípios, são muito difíceis de serem absorvidos pelas comunidades. Uma
390das dificuldades que estava havendo aqui, do pessoal não dar retorno, de dificuldade, é exatamente
391essa. É aquilo, quem tem internet, quem tem micro sabe, é uma parafernália de coisas, um dia estraga
392o modem, outro dia tu perdeste o código, é a linha de comunicação que não funciona, tu tens
393componentes para conseguir atrapalhar o teu trabalho. Não é aquela coisa que tu entras ali, *plug an*
394*play*, como se chama, ligou e já sai processando. É muito complicado isso aí. Então, esse é um fator
395que atrasa, dificulta muito as atividades. Nós temos aqui um outro fator que foi mencionado, eu
396gostaria até de dar uma pinçada quanto a lei. A lei preconiza que as informações sejam anuais, isso é
397um problema. Acho que deveria ser repensado, porque um dos atributos de qualidade essenciais do
398sistema de informações é a tempestividade de informação, ela tem que estar disponível a hora que se
399precisar. Agora imagina, o cara gera uma informação lá na ponta e depois de um ano vai
400disponibilizar aquilo no sistema de informação. Então, digamos assim, a concepção da lei no
401momento não foi sensível a esse detalhe. Eu acho que esse é um detalhe, primeiro, ela deixa uma
402informação atrasada e danifica a atualização, a tempestividade de atualização de informações;
403segundo, ela gera uma transcrição de informação, e isso como probidade de erro e com a probidade de
404não ser informada. Então, temos que atentar bem para esse detalhe. Essa aqui, na verdade, só dar uma
405comentada rápida, até foi de propósito, a visão do sistema nacional do meio ambiente está fora do
406nosso contexto e visão. Eu trouxe aqui, vou passar para você depois, o contexto dela realmente é
407muito complexo. Esse é o trabalho que está sendo desenvolvido e que é projeto para três, quatro anos,
408e tem que ser um projeto de Governo, tem que ser fortalecido pelo Governo, tem que estar nas
409estratégias políticas de Governo. Enquanto a informática e as funções da informática não entrarem as
410estratégias de Governo, vai ser muito difícil de conduzir, a informação é cara de produzir, ela é muito
411barata para reproduzir, mas para produzir é muito difícil. Então, temos aqui, vou passar para vocês
412darem uma olhadinha, pegando nessa parte é a Secretaria de Meio Ambiente com as suas vinculadas,
413depois os comitês e bacias, as ONGs, área municipal, o sistema nacional e o que cada um contribui
414para esse sistema de gestão ambiental. Agora vamos passar rapidamente algumas informações, não
415vamos nos deter em transparências de telas, de relatórios, porque acho que o foco aqui é realmente
416sabemos em que contexto estamos e como essas coisas se acomodam e se ajustam para que a gente
417consiga de uma forma mais rápida chegar aos resultados propostos. Falando um pouquinho da
418PROCERGS, vocês sabem, ela fica ali atrás do prédio do Centro Administrativo. O que é a
419PROCERGS? Uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Administração de
420Recursos Humanos, constituição autorizada pela Lei 6.318, de 71, o início das operações em 72. Ou
421seja, tem 31 anos a PROCERGS, já está bem madura, é uma empresa que hoje está com uma
422consistência, é um parâmetro nacional, é uma referência nacional e em alguns casos uma referência
423internacional. O negócio da PROCERGS são soluções em tecnologia da informação e
424telecomunicações. Missão da PROCERGS: atuar como instrumento de vanguarda para a
425modernização do serviço público, por meio da tecnologia da informação e comunicações em benefício
426do cidadão. Então, vocês vejam que sempre se fala em informação e comunicação, fundiu, não se fala
427mais separado informática ou comunicação. Isso aqui é interessante também, porque isso é o
428problema da capilaridade. Hoje estamos presentes em oito pontos com as coordenadorias e temos
429mais três pontos que têm unidades regionais. Temos unidades distribuídas com o pessoal, porque além
430disso aqui teríamos depois outros pontos de presença, que são pontos, digamos assim, chamamos de

431 pontos de presença, onde temos equipamentos para formar a grande Rede RS. E essa Rede RS é
432 fundamental, porque hoje o meio por onde as informações vão fluir, a capacidade de conduzir
433 informação, se ela não tiver uma rede estruturada, ou ela é muito cara, ou ela não flui. Então, o Estado
434 nesses últimos anos conseguiu montar essa rede, já está com esses cinco pontos de presença. Essa
435 rede, na verdade, ela se conclui, só para ilustrar, ela tem uma rede de fibra ótica que sai aqui da antiga
436 polícia e segue pelo cais do porto, faz a volta pelo Gasômetro e vai até o palácio da Polícia. Então,
437 todos esses prédios da Administração Pública que estão ligados ao longo, como a Fazenda, a
438 CORSAN, o Banrisul, o Tribunal de Contas, todos eles já estão vinculados a essa fibra ótica. É uma
439 fibra de dez milhões de bits por segundo a velocidade, é muito de altíssima velocidade essa fibra.
440 Aqui só estou dando uma idéia, ou seja, temos um serviço de acesso à Rede P; ou seja, quem está
441 nessa rede, de qualquer, ela entra na rede em um ponto de presença da PROCERGS. Então, ela
442 consegue entrar aqui e sair para a internet e se comunicar com qualquer componente da rede; ou seja,
443 aqui pode ser município, pode ser agência da FEPAM, agência da SEMA, qualquer componente que
444 for autorizado com segurança entra nessa rede. E essa é uma palavra importante, é segurança, ou seja,
445 os *hackers* estão aí, se tu deixares o teu *site* disponível eles vão bagunçar o *site*. Hoje em dia existe
446 uma organização mundial de *hackers*, que o prêmio deles é conseguir desbloquear segurança e fazer
447 sacanagem nesses *sites*. É isso mesmo, o que eles fazem é bobagem, é brincadeira, estragam os *sites*
448 das organizações, buscam informações, mas acima de tudo a destruição é o foco dos *hackers*. Aqui
449 nós mostramos grandes serviços nessas redes, só gostaria de adiantar esse aqui, que é a voz sobre *b*,
450 que se chama; ou seja, nessa mesma rede vai poder também se comunicar, voz vai correr na rede, vão
451 eliminar os canais de telefone. Antes de entrar no sistema, peguei alguns exemplos de alguns volumes
452 que hoje estamos processando, porque isso é importante para vocês, acho que temos que passar para
453 vocês. Existe uma estrutura, existe hoje um processo, um sistema de informações que dão cobertura a
454 procedimentos para os sistemas de grandíssimo porte. Como, por exemplo, o DETRAN, atingimos
455 hoje 197 municípios, temos 600 credenciados do Centro de Formação de Condutores, registros, um
456 cadastro de 2.927.000 condutores, 3.211.000 veículos. Olhem de multa o que houve, a partir de 98 em
457 torno de 5.000.000 multas, estão registados; 900.000 transações/dia. Senhores, são 900.000
458 transações/dia por um cliente. Isso aqui é um mega dado; depois mais 461.000 consultas na internet
459 dia. Na CORSAN também é grande o volume, são 380 municípios abrangidos, possamos atingir hoje
460 já 1.923.000 economias em uma população de 5.500.000 pessoas hoje atendidas por esse sistema. na
461 verdade, o sistema interagem com a economia. E nós temos aqui, só na CORSAN, 1.556 micros
462 ligados na rede, a PROCERGS está hoje em torno de 30.000 componentes na sua rede. Depois, aqui o
463 Tribunal de Justiça também é interessante, esse aqui, por exemplo, 1.000.000 de processos judiciais,
464 em um total de 1.400.000 também estão lá na PROCERGS, 8.000 pontos atendidos, 130.000
465 consultas/mês. Isso aqui é só para dar uma idéia para vocês, digamos assim, que hoje existe já
466 sistemas de grandíssimos portes atendidos e que poderão suportar sem dúvida nenhuma o sistema do
467 meio ambiente. Da municipalização: estamos dividindo em quatro componentes, por isso que eu disse
468 que faremos de uma forma geral, porque entendemos assim, primeiro: vocês podem ver aqui que os
469 agentes, na verdade, a PROCERGS já não é a detentora única das soluções, a telemática cresceu tanto
470 que hoje a PROCERGS incorpora no seu *portfólio* de produtos soluções de mercado, não há como
471 fazer tudo. Para vocês terem uma idéia, um exemplo bem interessante que ocorreu semana retrasada, o
472 Governador esteve na PROCERGS para fazer o lançamento do pregão eletrônico. O pregão eletrônico
473 é um processo que democratiza a participação nas licitações. Em São Paulo, por exemplo,
474 conseguiram reduzir em 25% o custo que eles tinham. Imaginem o que representa para São Paulo 25%
475 de custo. Então, foi interessante porque o Governador enquanto fazia a palestra dele nós lançamos o
476 horário do pregão, e era um pregão quente, era uma compra de seis automóveis. Enquanto ele fazia
477 apareceu o primeiro lance lá: 32.500; fazendo o discurso apareceu lá: 22.700. Quando ele terminou a
478 palestra, terminou também o horário de encerramento das ofertas estava em 27.800, uma coisa assim,
479 não chegou a 28.000, começou lá em cima com 32.000 e parou em 27.000; mas são soluções de
480 mercado que a PROCERGS incorpora porque é muito mais barato e da mesma forma utilizamos aqui,
481 por exemplo, a MICROSIGA que tem uma solução já com uma plataforma com 1.300 clientes. É uma
482 solução segura e já passou pelo crivo da PROCERGS. Então, temos certeza que atende a essa
483 demanda. E a PROCERGS se juntaria com data center, ou seja, o ambiente é processamento e o
484 acesso e integridade aos dados, temos mais o aplicativo, que seria da MICROSIGA. Depois dados,
485 processos e procedimentos, se os agentes aqui seriam SEMA, FEPAM e os municípios. E de

486comunicação ainda temos as linhas, pode ser fibra ótica, rádio, porque isso aqui seria de mercado
487também. Então, nós temos a solução, só para vocês terem uma idéia, isso aqui é dividido entre
488diversos players, como se chama, cada uma com as suas especializações. Aqui só explodimos um
489pouco, não vamos falar, mas cada uma dessas aqui têm uma parafernália de coisa dentro. Na verdade,
490é essa parafernália de coisas que precisam ser ajustadas, esse é o grande problema da informática
491hoje. A tecnologia está toda aí, está sobrando tecnologia para a velocidade com que os processos
492andam. Vocês imaginam aqui, para ter um data center precisa de licença do aplicativo do banco de
493dados, serviço de sistema operacional, supervisão de *hardware*, avaliação da ocupação da qualidade
494de linhas e vai embora. Isso aqui é uma loucura o que tem aqui no meio disso. E para terminar, temos
495aqui, digamos assim, grandes linhas, as operações básicas do município. é lógico que nisso aqui nós já
496estamos prevendo usar toda aquela parafernália que vimos lá trás. Nós teríamos aqui, primeiro, uma
497consulta se o município estaria habilitado, é lógico, com toda a segurança. Isso aqui não foge do
498modelo que a FEPAM tem de sistemas. O município estaria habilitado sim, a atividade de impacto
499local, porque sem uma atividade de impacto local, ou seja, ele ficaria, se for positivo, ver-se entra na
50005 ou na 16, ver-se aquele usuário está autorizado, senão estiver vai se encerrar a seção daquele
501usuário. É interessante, aqui existe a possibilidade de fazer trilhas de auditoria, ou seja, registrar
502informações que dêem indícios de fraude, indícios de tentativas de subornar o sistema. Nós
503implementaremos nesse ponto aqui. Depois entra o registro de licenciamento, aí teríamos aqui as
504atividades, os empreendedores, os profissionais e os dados dos licenciamentos, o registro do
505licenciamento. Aqui tem aquela questão, se é para fazer emissão simultânea de algum documento,
506como uma LP, ou qualquer documento que seja necessário. E se não for, como preconiza hoje a lei,
507ou seja, como a informação é anual não precisaremos utilizar esse módulo aqui. Só para concluir, eu
508lembro que um representante da ALGA fez uma menção interessante, que o grau de desenvolvimento
509de um povo está diretamente ligado com o seu poder de comunicação, e de fato procede em gênero,
510número e grau. E esse poder de comunicação, a informática e a telemática estão inseridos de uma
511forma muito grande, muito pesada, ou seja, hoje não só ela apoia isso, viabiliza, na verdade. Alguns
512processos que existem hoje, se não forem a telemática não há como serem feitos. Então, agradeço a
513participação de todos aqui. **Sra. Karla Pipper:** Eu só gostaria de explicar porque colocamos a
514PROCERGS a apresentar neste reunião, porque nós verificamos algumas deficiências no sistema que
515temos hoje, e já sabemos disso. Existe um projeto, que é esse Projeto SIGA, que foi lançado no dia
51615-06 e que vem trabalhando a questão da municipalização, não só a questão da municipalização, mas
517dando prioridade às ações da municipalização. Verificando isso, verificando que temos algumas
518deficiências já apontadas, fomos buscar a orientação da PROCERGS para que essas deficiências
519possam ser sanadas. Coloco para os senhores, em linhas gerais, algumas coisas que aparecem aí, por
520exemplo: o banco de dados hoje disponível pela FEPAM, nós estamos contemplando a Resolução 05.
521Há sim uma outra resolução criada posterior a essa de 2001, que é a Resolução 016. Esse sistema de
522dados possibilita que o usuário possa identificar qual é o tipo de licença que vai emitir. Por que isso?
523Porque existem sistemáticas diferentes. Enquanto que as licenças que o técnico municipal vai emitir,
524relacionadas a Resolução 05, ele vai ter que alimentar por meio de empreendimentos e
525empreendedores. Enquanto que na Resolução 016 se fala em proprietário, fala-se em outras questões,
526em hectares e em outras questões relacionadas. Então, o próprio sistema de informática vai identificar,
527o usuário vai identificar para onde ele vai seguir. A partir daí vai ter uma série de tabelas onde ele vai
528preenche-las e informar isso à Secretaria. Uma outra coisa que nós verificamos é quanto a equipe
529técnica. Nós temos hoje, e posso mostrar aos senhores, toda a relação da equipe técnica ligada ao
530licenciamento e à fiscalização de todos esses 74 municípios. Só que temos isso por meio de portarias
531criadas e estando hoje no processo de habilitação. Nós queremos por meio desse sistema de
532informática que o responsável técnico, não só aquele que emitiu a licença, como aquele e emitiu o
533laudo técnico, possa estar aí em cada uma das licenças e que nós possamos saber quem são esses
534profissionais. Inclusive existe uma possibilidade nesse sistema que esses profissionais estejam
535cadastrados, e que, então, possamos realmente saber quem são os profissionais do Estado nessa área
536de municipalização e que estão à frente desse processo e para cada município. Então, realmente, já
537verificamos alguns pontos que temos que melhorar. Temos essas informações à disposição, mas
538queremos que isso esteja de forma integrada. A questão da integração também passa pelo sistema da
539Secretaria e da própria FEPAM, nós temos que fazer com que esses dados se cruzem. Os dados da
540Secretaria precisam-se cruzar com o banco de dados do Estado que temos hoje. Hoje nós estamos

541fazendo isso, mas de uma forma ainda um pouco manual. Nós queremos por meio desse sistema de
542informática que isso realmente aconteça. Eu estou explicando isso, o motivo pelo qual nós estamos
543colocando a PROCERGS aqui e estamos com esse projeto identificando algumas falhas e procurando
544saná-las. Então, eu gostaria de colocar a apresentar do projeto, acho que tem que fazer a instalação do
545micro, para que os senhores possam conhecer o projeto. E gostaria novamente de enfatizar que temos
546essas informações da equipe técnica, tanto do licenciamento como da fiscalização. E temos enfatizado
547bastante lá na orientação dos municípios, que esse processo não é estanque; ou seja, ocorreu uma
548mudança lá no município da equipe técnica, tem que nos enviar por meio de portaria quem são esses
549novos técnicos que estão participando desse processo. Trago para os senhores também que esses
550municípios que estão licenciando hoje no Estado estão buscando muito o convênio com universidades
551e com associações municipais. Diria que esses últimos processos que passaram pelos senhores este
552ano, pouquíssimos, ou quase nenhum, acho que nenhum talvez, a Káthia pode-me ajudar, tem uma
553equipe técnica, e isso os senhores puderam observar pelos pareceres que há um convênio com as
554universidades, ou com associação municipal. Então, temos muitas associações no Estado já se
555conveniando para colocar uma equipe técnica à disposição. **Sr. Presidente:** Enquanto monta o
556equipamento acho que podíamos abrir para perguntas e depois retornamos para a apresentação. **Sra.**
557**Edi Xavier Fonseca:** A minha pergunta, Karla, é no sentido de que tu falaste que são 60 municípios
558licenciados hoje? **Sra. Karla Pipper:** São 74 municípios. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** E 40 municípios
559que vocês têm um sistema de controle anual. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Estão
560habilitados há mais de um ano e estão comprados para entregar dentro do ano, conforme a resolução.
561**Sra. Edi Xavier Fonseca:** E os outros municípios existe um convênio. Não ficou bem claro na
562explicação dela. **Sra. Karla Pipper:** Eu passo aqui, Edi, a relação dos municípios habilitados e a data
563da habilitação desses municípios. O que a Resolução 04, no art. 5º diz, e a resolução está aí nessa
564pasta, na primeira folha, ela diz que o município tem que fornecer à SEMA as licenças emitidas
565anualmente. Quer dizer, tem o período de um ano da habilitação do município para eles começarem a
566emitir essa licença. Foi comentado pela PROCERGS que isso é uma coisa que eu acredito que temos
567que rever, porque é um período muito longo que se passou para que nós possamos realmente começar
568a monitorar. E pode ser no último dia desse prazo que o município sente à frente do computador e
569almente esse sistema, mas a resolução do CONSEMA diz exatamente isso. Esses municípios hoje que
570estão habilitados são 74, os apresentados são os 40 municípios, isso não significa que não tenhamos
571outros municípios que estão alimentando o sistema, mas como estamos seguindo o que diz a
572resolução, estamos apresentando aqueles municípios em que o prazo se esgotou. Com relação, Edi, à
573questão dos convênios, é convênio para a equipe técnica, porque muitas vezes no município tem só
574um técnico, por exemplo, um biólogo, e ele não tem condições de emitir licenças de uma área
575química, por exemplo. Então, o que estamos orientando aos municípios é que busquem a parceria, por
576meio de um convênio, com as universidades, ou com as associações municipais porque isso viabiliza e
577dá esse suporte técnico para o processo. **Sr. Guilherme Dornelles:** Com relação aos municípios que
578já receberam habilitação para a municipalização, todos têm acesso à internet? Essa é a primeira
579pergunta. **Sr. Arai Paz:** Todos os treinamentos que fizemos, todas as Prefeituras disseram que tinham
580acesso. Nem sempre diretamente no órgão ambiental. **Sr. Guilherme Dornelles:** Está respondido,
581então, todos têm acesso. A questão que eu coloco é a seguinte: com relação ao diagnóstico ambiental
582para o licenciamento existem bancos de dados, uma base de dados da Secretaria, também há outros
583bancos de dados. Nós percebemos pela análise dos processos de licenciamento que os planos
584ambientais dos municípios são extremamente frágeis e carentes de dados. Então, a pergunta é esta: de
585que forma está havendo a troca de informações com as equipes técnicas desses municípios? Porque
586tem-se refletido uma carência de dados, principalmente com relação às condições das bacias
587hidrográficas, identificação e condições atuais das bacias, a situação atual de cada bacia dentro do
588município. Também uma outra pergunta é com relação aos membros do Conselho. Se as organizações
589e membros do Conselho não fariam parte desse SIGA, por exemplo, as Entidades da sociedade civil,
590algumas são Entidades de trabalho voluntário. Elas não têm acesso à recursos para montar um sistema
591de informática que esteja de acordo e no padrão para acessar até o padrão mínimo da rede. E mesmo
592quando tem, no caso da AGAPAN, nós tínhamos no caso do Pró-Guaíba, e nós solicitamos várias
593vezes acesso e não tivemos resposta. Quer dizer, esse sistema de informações é público, o caso de
594Porto Alegre é exemplar, Porto Alegre tem um sistema de imagens de satélites que só é permitido
595acesso a poucos técnicos dentro de algumas secretarias. Quer dizer, essas informações são públicas,

596nós gostaríamos de saber se haverá disponibilidade das informações e se o Fundo Estadual de Meio
597Ambiente também vai trabalhar no sentido de dispor de infra-estrutura pelo menos para os membros
598do Conselho, porque isso está na Constituição Estadual o aporte técnico, o apoio técnico às
599instituições da área ambiental. Então, são essas colocações que eu quero deixar aqui para ver-se são
600respondidas. **Sr. Presidente:** Nós vamos passar para a apresentação e depois a Karla continua com as
601respostas. **Sra. Karla Pipper:** Eu gostaria de responder a tua pergunta, dizendo o seguinte: com
602relação aos planos ambientais nós sabemos e devido a essa preocupação não só com os senhores, mas
603também com a Câmara Técnica, nós sabemos que o plano ambiental está muito aquém do que
604deveríamos ter, gostaríamos de ter. O que estamos fazendo é por meio dessa central de atendimento,
605procurando orientar o melhor possível os municípios para a elaboração do plano ambiental. Eu trago
606para vocês uma verificação triste. Muitas vezes nós sentamos com os municípios, mais de duas horas
607às vezes, explicando como fazer, o que deve ter dentro do plano ambiental, e quando apresenta um
608plano ambiental, ainda sim, não está bom. Então, há muita coisa sendo feita, sendo trabalhada, a
609participação no Pró-Guaíba disponibilizando os mapas que existem, são 292 municípios do Estado
610que têm alguns mapas, não já referenciados, mas mapas atualizados, também está auxiliando os
611municípios nesse processo. Uma preocupação grande da Câmara Técnica, mais especificamente do
612Presidente da Câmara Técnica, e da Comissão de Municipalização, é que esse plano ambiental não
613é mais um instrumento a estar dentro do processo. Nós viemos incansavelmente falando isso para os
614técnicos municipais. Esse plano ambiental é um instrumentos do técnico lá no campo e ele tem que
615estar sendo atualizado diariamente, porque diariamente ele está conhecendo coisas novas, coisas que
616não estão ali no plano ambiental. O que nós sentimos é que o plano ambiental muitas vezes é
617academicamente muito bom, uma apresentação perfeita, mas não é instrumento de trabalho dos
618técnicos municipais. E mais, quando há a participação de consultores nesse processo, temos
619enfático bastante que o consultor venha a somar sim, só que nunca pode esquecer que o técnico
620municipal é ele que vai realmente responder por isso na emissão de suas licenças. Então, ele tem que
621estar participando na elaboração desse plano ambiental, não é o consultor ir lá, entrou o documento e
622o técnico não estar participando nisso. Isso temos enfatizado bastante aos municípios que têm nos
623procurado, que não são poucos, uma grande parte do Rio Grande do Sul tem estado aqui na Secretaria,
624por meio dessa central de atendimento. E uma outra coisa que vem ocorrendo também, que nós
625notamos, é que desses 74 municípios que estão habilitados, 21 são municípios com população maior
626do que 50.000 habitantes, os outros são populações que variam entre 5.000 e 30.000 habitantes.
627Então, existe ainda uma grande parte dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul que têm
628condições de montar uma equipe multidisciplinar e que não estão dentro desse processo, que estão
629talvez ainda buscando pelos mais variados motivos não estão participando desse processo. Eu gostaria
630de colocar que nós, dentro dessa linha PROCERGS não buscamos a integração de todos os sistemas
631existentes. Então, isso realmente é um fato, muitas vezes temos os dados disponibilizados na FEPAM,
632mas não temos um Pró-Guaíba, temos da SEMA, temos o inventário florestal do DEFAP. Nós
633queremos por meio do sistema de informática integrar tudo isso, como estamos fazendo isso? Existe
634um grupo de trabalho formado por técnicos que está fazendo em um primeiro momento um
635levantamento do que nós temos já pronto, o que cada um tem disponível, e o que o outro precisa
636dessas informações. Esse trabalho já está começando a ser feito, mas existe uma longa caminhada
637ainda pela frente para que possamos realmente fazer um cruzamento de todas essas informações que
638já existem no Estado. Por meio desse sistema de integração vamos disponibilizar todas as
639informações. Essa maneira com o Pró-Guaíba é uma fórmula que estamos disponibilizando, na
640verdade, é a sociedade que está buscando essas informações, são consultores, eles estão buscando. E,
641realmente, estamos procurando e aqui estou apresentando para os senhores, e vocês podem ter notado
642que eu não só apresentei os pontos que nós já modificamos, mas aqueles que já notamos que têm
643problemas, com a seguinte idéia de transparência: realmente temos que somar e é com essa idéia que
644estamos apresentando esse sistema e procurando integrar e disponibilizar para a sociedade esses dados
645que existem no estado hoje. **Sr. Alexandre Bugin:** Karla, eu gostaria de fazer, primeiro, uma rápida
646pergunta e depois fazer uma colocação. Desses municípios que deveriam ter apresentado as
647informações, já venceu o prazo e não apresentaram, qual a ação que está sendo tomada pela Comissão
648no sentido de que venham a prestação? E se há algum município que corra o risco de agora em abril,
649ou maio, quando vencem dois anos, vencer dois anos do prazo e não ter apresentado a informação?
650Depois eu queria continuar. **Sra. Karla Pipper:** Não há nenhum município ainda que vá vencer em

651março. Nós temos aqui a relação dos municípios e a data da habilitação deles. Nesses municípios em
652que foram chamamos às reuniões e buscaram essas informações. Agora, neste ano, no mês de
653setembro, outubro e novembro fizemos três cursos de treinamento para esses técnicos. Novamente,
654esses técnicos estavam presentes. E nós notamos que nesse momento trouxemos vários desses
655técnicos, várias dessas informações para o banco de dados. Então, o que estamos fazendo é de todas
656as maneiras possíveis informando esse técnicos que não é só fazer bem a licença, mas sim informar. E
657por meio dessa resolução criada por este Conselho é necessário informar a SEMA e a FEPAM de
658como estão emitindo essas licenças, e que nós temos sim que apresentar relatórios ao CONSEMA,
659onde quem fica prejudica pé a imagem do município e não a imagem do técnico. É com essa linha que
660nós viemos trabalhando, temos enviado ofícios para os municípios, temos realmente trabalhado na
661medida de trazer cada vez mais esses municípios para dentro. Quem define como vai ser trabalhada
662essa questão dos municípios é o CONSEMA. Lá na Resolução 04 diz exatamente o que o CONSEMA
663pode fazer com os municípios que por algum motivo não estejam trabalhando, ou fazendo a sua parte.
664Nós estamos enfatizando por meio da Comissão de Municipalização como deve ser feito. a Comissão
665de Municipalização tem um caráter, sem dúvida nenhuma, de orientar. Então, nós estamos orientando
666o caráter de punitivo de fiscalizador é o CONSEMA, é ele quem homologa a habilitação, esse, se for o
667caso, desabilita o processo. Então, realmente é dessa maneira que viemos trabalhando. Acho que eu
668respondi a tua pergunta. Havia mais alguma? **Sr. Alexandre Bugin:** É exatamente isso, quer dizer, há
669outra colocação, mas em relação a essas questões acho que cabe talvez mais adiante, o CONSEMA
670receber essas informações, porque a partir de março, por exemplo, há alguns municípios que são dois
671anos de habilitação. Quer dizer, apresentaram ou não, essa informação é importante para o
672CONSEMA ter atualizado para até tomar as medidas. A outra colocação que eu queria fazer é que
673vejo a questão da municipalização, após essas apresentações de duas formas: uma é a questão do
674processo de sistematização das informações, do controle das informações que vejo aqui que existe um
675bom planejamento e a concepção. E vocês estão identificando os problemas que existem atualmente,
676alguns problemas do sistema, mas a gente vê claramente que existe a busca e o encaminhamento das
677soluções, no meu entendimento. A outra questão, que é a que tu colocaste, já foi identificado e é o que
678vemos identificando há um bom tempo dentro do CONSEMA, nas discussões, é a questão conceitual
679do licenciamento dos municípios. É mais a questão da habilitação do próprio município no sentido do
680plano ambiental, da capacitação técnica de estrutura dos municípios. Aí vem a questão que eu entendo
681hoje, já que a questão das informações operacionais estão sendo bem estruturadas em termos de
682planejamento, aí que eu acho que o CONSEMA deve-se debruçar um pouco mais com a Câmara
683Técnica, inclusive articulado com a SEMA, aí falo SEMA com FEPAM, porque sabemos que a
684SEMA tem um objetivo em termos de números de municípios a serem habilitados, mas temos que
685fazer um planejamento para que isso não seja uma bola de neve que depois a gente não consiga buscar
686o prejuízo em termos de problemas. Então, talvez fazer uma articulação com a SEMA, CONSEMA,
687Câmara Técnica, no sentido de ver exatamente como vai-se dar esses processos no ano que vem para
688que se ajustem as questões dos planos ambientais. Os comitês de bacias vêm colocando isso nas suas
689reuniões, de todos os comitês, que os planos ambientais não estão levando em consideração os
690planos de bacias que estão sendo estruturadas pelos comitês. E de acordo com a lei estão começando a
691ser trabalhados pelos comitês, e os planos ambientais dos municípios não estão levando em
692consideração o que vai ser feito em termos de plano de bacia. Então, quer dizer, existe uma
693desconexão que é importante, os comitês de bacia têm reclamado essa questão no âmbito dos comitês.
694Então, entendo que é, talvez aí o Prof. Mário pode dar a sua posição, mas acho importante fazermos
695um trabalho, debruçar-se um pouco mais para ver exatamente o que pode ser trabalhado no sentido do
696ano que vem em termos de habilitação, para que o município simplesmente ao entregar o processo na
697Câmara não se sintam: ah, não, eu tenho que ter a minha habilitação; como já aconteceu aqui em várias
698reuniões dentro do CONSEMA, de sermos meio até que insultados pelos municípios porque acharam
699que nós estávamos sentando em cima do processo, e não é verdade. Então, acho que temos que talvez
700trabalhar nesse questão, já que essa questão de sistematização e operação me parece que está bem
701encaminhada. **Sra. Karla Pipper:** Só deixe-me fazer um comentário com relação ao que tu falaste. Eu
702acredito sim que o CONSEMA e a Câmara Técnica tem que se somar a esse processo. Vou dizer
703porque: estamos incansavelmente orientando esses municípios, não só para a elaboração do plano
704como em questões de lei. A lei do Conselho é uma das leis com maior dificuldade de elaboração dos
705municípios, porque eles são extremamente tendenciosos a botar mais governamental, ou mais não

706 governamental a questão de não colocar o deliberativo no processo, a questão do Conselho estar
707 subordinado ao Prefeito. Tudo isso nós estamos extremamente atentos para que isso não ocorra. A
708 participação do Conselho e da Câmara Técnica nos auxiliaria na questão de fiscalizar. Eu digo no
709 fiscalizar físico, aquele de ir a campo e verificar por amostragem como está ocorrendo esses
710 processos, porque temos hoje essas informações. E eu trago aos senhores que essa preocupação é uma
711 preocupação da Comissão de Municipalização. A Comissão de Municipalização está planejando fazer
712 algumas visitas aos municípios com caráter de orientação para o ano que vem, justamente para
713 verificarmos o que está ocorrendo. Quando nós trabalhamos essa interface município e Estado,
714 município e Secretaria, o que temos recebido é que muitas vezes o município traz, e isso está à
715 disposição na Central de Atendimento, como ele está emitindo a licença, quem são os responsáveis
716 pela emissão da licença. Isso é muito bom, porque não só temos a informação por meio do sistema de
717 informática como temos o físico, como ele está fazendo isso. E muitas vezes ele tende a errar, a
718 colocar uma pessoa que não deve emitir a licença, ou licenciar o que não pode, ou de maneira não
719 correta e muitas vezes é por falta de conhecimento do técnico. Então, isso realmente acho que só vem
720 a somar ao processo. **Sr. Guilherme Dornelles:** Eu estou retornando a segunda parte da pergunta, que
721 é com relação a disponibilidade dos dados. Foi citado na apresentação da PROCERGS que parece que
722 a CORSAN, não sei qual o órgão, tem trinta mil computadores conectados, ou três mil, de qualquer
723 forma, por exemplo, a sede da AGAPAN fica dentro do anel de fibra ótica. Estamos há vários anos
724 solicitando o acesso a isso, da mesma forma que os órgãos públicos têm acesso. Então, qual é a
725 dificuldade real que existe para que os membros do Conselho do Pró-Guaíba, ou do Conselho
726 Estadual do Meio Ambiente, ou de vários Conselhos e comitês que a gente participa de decisão de
727 políticas públicas na área ambiental tenham acesso a essa rede. Qual a dificuldade? Essa é a pergunta
728 que estou fazendo, porque acho que as instituições da sociedade civil que participam desses fóruns
729 têm o direito assegurado pela Constituição Estadual de ter o aporte técnico para receber informação e
730 se qualificar para os processos de decisão. Então, a pergunta continua no ar. **Sr. Geraldo André**
731 **Susin:** Complementando a questão levantada pelo Guilherme, nós também temos essa preocupação de
732 ter acesso ao relatório completo, porque foi apresentado um resumo quantitativo. Então, gostaríamos,
733 são 74 municípios, onde 40 municípios só já venceu o ano previsto em lei. Então, gostaríamos de ver
734 qual a forma e que se disponibilizasse o relatório completo. Obrigado. **Sra. Kathia Maria**
735 **Vasconcellos Monteiro:** Eu queria solicitar que essa apresentação fosse enviada aos Conselheiros.
736 também queria solicitar um detalhamento maior, porque quando colocaram a atividade ali, para quem
737 não trabalha com licenciamento fica muito difícil ver que tipo de empresa, de empreendimento se
738 encaixa em qual atividade. É para termos uma idéia. Falou-se ali na parte de calçados, que tipo de
739 empresa é essa? É a que curte o couro, é a que corta o couro, a que monta o sapato? Se vocês teriam
740 condições de dizer realmente, principalmente daqueles municípios que licenciaram mais, que tipo de
741 empreendimento estão licenciando, fábrica de que, para que possamos ter uma idéia. Queria saber
742 também se desses municípios que já concederam licença de operação, se foi feito algum tipo de
743 monitoramento para ver a qualidade dessas licenças, se realmente está conseguindo atingir a um
744 padrão mínimo de qualidade já neste primeiro ano, ou se vamos ter que investir um pouco mais nisso.
745 **Sr. Clebes Pinheiro:** Conselheira Káthia, é possível dar um grau de relacionamento maior, é possível
746 sim, pelo nosso banco de dados é possível. O que seria interessante é se os Conselheiros
747 oficializassem o pedido junto à Presidência do CONSEMA para enviarmos. **Sra. Edi Xavier**
748 **Fonseca:** A Plenária é oficial. **Sr. Clebes Pinheiro:** Será enviado, então. Só que daí a Presidência
749 passa para nós e nós fazemos esse envio para os municípios. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Da
750 apresentação que foi feita aqui pela Karla e pelo Nelson, fica evidente que temos o cuidado de
751 reconhecer que estamos no transcurso de um processo que ainda contém defasagens. Vejam aqui que
752 os licenciamentos que foram citados são aqueles previstos pela Resolução, mas os municípios fazem
753 muito mais. Nós pretendemos ter, por esse novo sistema, o conhecimento desse todo, conhecer as
754 pessoas envolvidas. Estamos de alguma maneira estimulando – e tenho cumprido essa missão em
755 nome do Secretário, até porque venho da área acadêmica e trabalhei antes em uma Pasta que lidava
756 muito com as universidades – de trazer estas para dentro do processo, dando aos municípios o suporte
757 científico e tecnológico. Nós temos ido também às associações de municípios, estimulando-as para
758 que façam convênios com as universidades, para terem pareceres qualificados, para terem suporte,
759 para terem treinamento, enfim, a qualificação do seu pessoal. Da mesma forma, esperamos que as
760 associações de municípios mantenham equipes polivalentes, com geólogos, biólogos, engenheiros

761florestais, etc., sendo, pois, o mais amplo possível para dar suporte ao trabalho dos municípios,
762especialmente os menores, que não têm condições de manter equipes multidisciplinares. Quanto aos
763acesso das entidades aqui representadas a todos esses dados, quero dizer que não temos ainda um
764sistema que possibilite colocá-los diretamente no computador da pessoa, lá na sua casa, ou na sua
765entidade, se interconectados. Mas pode-se pensar em como viabilizar isso para o futuro. Agora, é
766certo que o sistema proposto aqui não exclui que o Conselheiro e as entidades públicas que
767tenham interesse possam acessar aquelas informações passíveis de serem disponibilizadas.
768Particularmente, não vejo dificuldade que os Conselheiros possam, digamos assim, identificados
769mediante uma senha, ter acesso a todo esse conjunto de dados. Agora, isso é ainda um projeto em
770gestação, estamos trabalhando para firmar um contrato com a PROCERGS, que preveja a integração
771dos vários sistemas em uso, para se ter uma base muito mais ampla de informações. Portanto, é um
772processo em andamento. Há limitações? Há. Agora, eu tenho o entendimento que é preferível ter
773algum plano ambiental a nenhum plano ambiental. É preferível ter Conselhos nos municípios, ainda
774que comecem não tanto no formato como desejaríamos, mas que tenham essencialmente o caráter
775deliberativo. Os senhores viram a última pesquisa do IBGE o que mostrou? Há pouca quantidade de
776municípios que têm órgãos ambientais, e pouquíssima quantidade de municípios que têm Conselhos
777de Meio Ambiente. Esse assunto está sendo discutido também no plano nacional, inclusive no
778Conselho Nacional do Meio Ambiente, em Brasília. Nós queremos aumentar essa base. Então, esse é
779um esforço coletivo. Há a necessidade de um acompanhamento? Há. Nós estamos tomando
780providências para que haja um trabalho amostral?. Sim. Agora, esse é um processo que vai sobre a
781marcha. Ou paramos e vamos checar tudo, ou vamos continuar andando e fazendo as correções de
782rumo necessárias. Quero lembrar que com esse processo estamos conseguindo descentralizar e abrir
783mais a base de abrangência dos licenciamentos, agregando aquilo que o município licencia. Então, a
784predisposição da Secretaria é tornar o sistema ágil, o mais completo possível e sem nenhum
785preconceito quanto à publicização dos dados passíveis de serem divulgados. **Sr. Presidente:** A
786palavra continua à disposição. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eu gostaria de um esclarecimento
787em relação aquela assunto que o Clebes chamou atenção, a diferença entre as atribuições do DEFAP e
788da FEPAM. E mais, em alguns casos onde fica essa interface município, FEPAM e DEFAP, posso dar
789um exemplo objetivo, por exemplo: um loteamento com vegetação do domínio da Mata Atlântica, até
790onde entra o município, até onde entra a FEPAM e o papel do DEFAP. Um objetivo desses. **Sra.**
791**Karla Piper:** Eu acredito que para responder melhor essa questão teríamos que ter técnicos do
792DEFAP que com certeza responderiam com muito mais propriedade. Essa questão FEPAM e DEFAP
793vem sendo também trabalhado na questão de integrar essas licenças e no sentido sim de se trabalhar o
794mais integrado possível. Eu acharia que seria bem melhor se um engenheiro florestal e não uma
795engenheira química explicasse essa questão. **Sr. Presidente:** Como regra geral os licenciamentos de
796loteamentos aprovados aqui pela FEPAM são licenciados pelo DEFAP os cortes. A FEPAM, na
797realidade, faz a proteção necessária na área, a área que sobrou para fins urbanísticos, que não está
798protegida pela FEPAM; ou seja, o que sobrou nessa área o DEFAP autoriza os cortes como regra
799geral. Então, conforme situação dentro dos lotes, quando a área já está urbanizada, o município
800autoriza alguns cortes, mas seria melhor o DEFAP mesmo explicar como dividiu isso com os
801municípios. **Sra. Carmem Franco:** Só completando o esclarecimento: a partir de abril deste ano o
802Secretário Wenzel, por portaria, a Portaria 10/03, instituiu um grupo para trabalhar a questão do
803licenciamento integrado, FEPAM, DEFAP e DRH. Esse grupo vem-se reunindo, buscando não só a
804clarear as áreas de sombreamento existentes entre os três órgãos, mas também facilitar a vida do
805nosso usuário. Nós tivemos semana passada uma reunião de dois dias em oficinas, onde as três
806instituições discutiram bastante e amanhã nós temos uma reunião também marcada. Acredito que are
807o final do ano, está muito próximo, mas que início do ano que vem vamos ter clarificada essa questão
808das atribuições, porque as atribuições estão contidas em lei, mas muitas vezes na prática existe esse
809sombreamento, e é isso que estamos buscando. Eu acredito que, então, no mês de janeiro teríamos
810efetivamente informações mais efetivas para prestar aqui aos senhores. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**
811**Cunha:** Eu gostaria de aduzir à preocupação do Conselheiro o seguinte: ainda na fase que chamamos
812de transição de Governo, quando a estávamos nos preparando para assumir o Governo, foi feito um
813diagnóstico das várias situações, digamos, críticas, com as quais iríamos nos deparar. E uma delas foi
814essa que a Carmem Franco lembrou muito bem. Quer dizer, se o sujeito tem uma determinada
815demanda, ele tem que entrar em três guichês diferentes, no DRH, no DEFAP e muitas vezes também

816na FEPAM. Isso é incompreensível do ponto de vista de serviço ao cidadão. Então, esse grupo
817instituído pelo Secretário vem atuando no sentido de que se possa ter um sistema integrado, em que as
818partes se comuniquem entre si. O que eu considero, senhores, é o seguinte: a SEMA tem pouco mais
819de quatro anos de existência. Nós trouxemos o DRH da Secretaria de Obras, trouxemos o DEFAP da
820Secretaria de Agricultura, juntamos grupos que não necessariamente estavam habituados a um
821trabalho integrado. Hoje coabitamos o mesmo espaço e há pouca diferença, digamos assim, na
822linguagem que falamos, afora o fato que a própria FEPAM, que é o órgão licenciador, tem um caráter
823completamente diferente. Então, o primeiro trabalho é isso: nos unificarmos, termos uma linguagem
824única e, ao mesmo tempo, “trocamos figurinhas”. Quer dizer, essas críticas que são colocadas vale
825para o Governo estadual, mas vale também para o Município, vale para o Governo Federal. O que a
826Ministra Marina Silva mais prega hoje é a horizontalidade, mas vemos coisas preocupantes ocorrendo
827por aí porque as pessoas não estão se falando. Quer dizer, isso é um esforço permanente. Quero
828lembrar que essa é uma preocupação nossa desde antes mesmo da assunção do Governo, mas isso
829demanda algum tempo. Naturalmente que esperamos superar isso no mais curto prazo possível.
830Quanto mais aproximarmos esse corpo técnico e definirmos a linguagem que vamos falar, melhor o
831serviço que prestamos e melhor também a qualidade daquilo que chega até o nosso cidadão. **Sr.**
832**Guilherme Dornelles:** O meu questionamento é o seguinte: é com relação aos critérios utilizados
833pela Câmara Técnica para aprovação da habilitação do município. Em primeiro lugar, a pergunta é
834bem objetiva: os critérios são excludentes ou não? Não cumpriu o que determina a resolução o
835município não tem apreciado o seu processo de solicitação de habilitação. É como se fosse uma
836tragem, precisa documentação. Então, essa é a primeira pergunta, bem objetiva: ele está sendo
837cumprido ou não dentro da Câmara Técnica? O critério está sendo cumprido à risca ou não? Por que
838dessa pergunta? Porque no caso da habilitação do Município de Não-Me-Toque foi citado inclusive
839no parecer jurídico da assessoria da Secretaria diversas regularidades, que eram claras e evidentes, e a
840Comissão mesmo assim em um segundo momento indicou o município como passível de receber a
841habilitação. Então, a pergunta é bem objetiva nesse sentido: os critérios são de triagem
842excludentes ou não? A segunda colocação seria com relação à questão do objetivo desta reunião. Esta
843reunião teve objetivo aprofundarmos e avaliarmos o trabalho da Câmara Técnica e o trabalho do
844sistema como um todo nesse processo, que interessa a todos e desafogar a FEPAM nesse volume
845imenso de processos para licenciamento. Nós precisamos racionalizar esses processos. Então, a
846transferência ao poder local, ao município, dessa competência interessa muito, mas a sociedade
847precisa ter os seus mecanismos de resguardo, para que não haja abusos, ou se esteja aprovando em
848nome de um coletivo maior coisas que realmente já são coisas que foram ultrapassadas, e que não
849precisamos estar reinventando a roda. Então, o que quero colocar é o seguinte: dentre os critérios que
850a resolução estabelece fala claramente na existência de um Conselho Municipal de Meio Ambiente,
851um Conselho deliberativo e no mínimo paritário com a sociedade, Entidades da sociedade civil,
852porque fala em 50% de organizações da sociedade civil. Mas o papel deste Conselho é também
853apreciar os processos que vão ser instaurados no município que venham a causar impacto ambiental
854significativo, ou de degradação ambiental significativa. Então, o nosso entendimento enquanto
855sociedade civil é que o Conselho de Meio Ambiente é o controle social na área ambiental. O que tem
856ocorrido é que muitas vezes um licenciamento foge ao âmbito do município, passa para o âmbito da
857FEPAM, mas o município ao transferir esse licenciamento, seja por imposição legal, ou por um
858acordo entre a FEPAM e o órgão municipal ambiental, ele esquece que existe um Conselho de meio
859ambiente no município e que pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho de Meio
860Ambiente tem que ser ouvido, tem que ser deliberado e aprovado aquele projeto também pelo
861Conselho. Isso faz parte de uma lógica de sistema. Então, estamos pensando e a proposta é essa, que
862na avaliação dos trabalhos da Câmara Técnica, das resoluções, que se coloque também que a
863interpretação da legislação ambiental exige do Conselho Municipal do Meio Ambiente que também
864aprove os projetos de licenciamento. Aí há os portes, há diferentes portes. O Conselho não vai aprovar
865projeto de licenciamento de padaria, há que também se ter critérios para isso. Então, essa é a proposta
866de discussão que eu coloco aqui nesse trabalho de reavaliação dos trabalhos da Câmara Técnica. **Sr.**
867**Presidente:** Eu passo a palavra, inicialmente, a palavra ao Prof. Mário Teixeira, que houve uma
868solicitação a resposta da Câmara Técnica, depois o Conselheiro Cunha. **Sr. Mário Buede Teixeira:**
869Boa-tarde a todos. É com muita satisfação que estamos aqui, a convite do Sr. Presidente da Câmara
870Técnica. Para responder a sua pergunta gostaria de dizer que, na verdade, é uma Câmara Técnica que

871 temos. Na verdade, é uma Câmara Técnica, deveríamos ter mais técnicos, mas nem todos são técnicos
872 representantes das Entidades. Por exemplo, se tivermos lá na nossa Câmara Técnica alguém que tenha
873 conhecimentos profundos de vegetação, eventualmente ele vai analisar um plano ambiental com muito
874 mais acuidade do que outro que não tem esse conhecimento. Então, eventualmente vamos poder ter
875 uma interpretação de que o plano ambiental não atende as necessidades de um plano ambiental. É o
876 meu caso, a minha área é de vegetação, eu percebi que o plano ambiental tinha algumas falhas com
877 relação à vegetação. Para mim não podia passar o plano, por isso que o meu voto foi vencido. Os
878 outros que não tinham, eventualmente, esses conhecimentos de vegetação deixaram passar. Como
879 estamos fazendo uma votação por maioria, hoje na maioria, e o plano ambiental passou na Câmara
880 Técnica, por isso que aconteceu isso. não sei se esclareci. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu
881 havia levantado uma Questão de Ordem apenas para orientar o Conselheiro no seguinte: não é
882 competência nossa querer impingir aos Conselhos Municipais a obrigatoriedade de crivar o que está
883 sendo licenciado, porque as atribuições de cada um deles é definida no ato de sua criação. Acho que
884 isso pode ser um propósito, digamos, ideal de sua parte, mas teríamos que construir um formato legal
885 para isso. Mas não temos competência para impor-lhes essa missão. Acho que no momento em que há
886 Conselhos Municipais, eles têm que ser ativos, eles têm que cobrar ações, assim como se cobra neste,
887 como se cobra no Conselho Nacional. **Sr. Guilherme Dornelles:** A primeira parte da pergunta é
888 sobre os critérios excludentes ou não. Essa pergunta continua em pé, porque acho que o CONSEMA
889 deve-se pautar e ser extremamente rígido nessa questão, porque não temos essa pressa em transferir o
890 licenciamento para os municípios, porque vamos ter surpresas desagradáveis se for feito com pressa
891 isso. Nós temos necessidade, mas a pressa não é nossa agora. Segundo, eu não falei de um processo
892 específico, citei o exemplo do Não-Me-Toque porque foi o processo que eu analisei mais
893 detalhadamente. Só citei esse exemplo, mas é um exemplo que serve, de forma geral, talvez para
894 todos os outros processos com relação a uma discussão maior que o Plenário talvez aqui tenha que
895 fazer com relação aos critérios especificados pelas resoluções. Acho que poderíamos aprofundar um
896 pouco aqui essa discussão, o objetivo é esse, foi esse o sentido da proposta. **Sr. Clebes Pinheiro:** Vou
897 colocar enquanto membro dessa Câmara Técnica, Titular pela FEPAM, nomeado pelo Presidente na
898 condição de avaliador. Eu coloco que a questão de Não-Me-Toque no meu ponto de vista é uma
899 questão ímpar. Todos os processos que eu tive acesso, pautei-me, os membros também sempre se
900 pautaram, porque nenhum processo que estivesse com uma lacuna de cunho jurídico ia vir até o
901 Plenário. Sempre nos pautamos por isso, mas essa questão que o Guilherme coloca acho que é
902 premente, nós discutimos talvez alguns critérios postos ali. Particularmente, a questão dos técnicos
903 municipais é pauta de debate sobre a questão. Sob o ponto de vista legal, jurídico, temos sido bastante
904 criteriosos, às vezes tem realmente algum problema de interpretação sobre um plano ambiental que
905 não traz determinada informação. Isso gera alguma discussão, mas não ao ponto de lacuna sob o ponto
906 de vista legal. **Sra. Carmem Franco:** Eu faço parte não só da Comissão de Municipalização da
907 SEMA pela FEPAM, mas sou Suplente do Clebes na Câmara Técnica. Então, acho que ao usar os
908 termos com os quais o Conselheiro fez a pergunta, eu gostaria de dizer que sim, que os critérios são
909 excludentes e que os processos não saem da Comissão de Municipalização para a Câmara Técnica se
910 esses critérios não estiverem obedecidos, não estiverem explicitados, contemplados no processo de
911 habilitação. O que muitas vezes tem ocorrido é a questão do Estatuto das Cidades os Planos Diretores
912 foram objeto de um alongamento, de um período maior de tempo, ou melhor dizendo, o município
913 recebeu um tempo maior para cumprimento do Plano Diretor pelo Estatuto das Cidades. Então, muitas
914 vezes no parecer jurídico pode constar, ou no próprio processo, o Plano Diretor não está completo, ou
915 não está contemplado, mas isso é explicado no parecer, em uma questão de observância ao Estatuto
916 das Cidades que alongou esse período. **Sra. Karla Pippet:** Na verdade, essa adequação ao
917 Estatuto das Cidades é por meio de uma lei que dá o prazo até 2007 ao município para fazer isso.
918 Então, não é a Secretaria que está fazendo isso, é a lei que permite e nós estamos fazendo essa
919 observação mesmo assim nos nossos pareceres jurídicos. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu vou
920 falar mais uma vez uma questão que tenho repetido aqui. A SEMA não tem nenhuma preocupação em
921 querer acelerar o processo de habilitação dos municípios ao licenciamento ambiental. Nós somos os
922 mais interessados em que isso seja feito com o máximo critério possível. Eu vou trazer ao Plenário,
923 novamente, uma preocupação de algo que eu submeti aqui, que é a realidade deste Conselho e que,
924 diferentemente do Conselho Nacional, as nossas Câmaras Técnicas tomam a deliberação por voto. Há
925 um entendimento, em Conselhos semelhantes aos nossos, que o único espaço de votação deveria ser a

926 Plenária. O Regimento do Conselho Nacional vai nessa linha, e já citei isso. Por quê? Porque sempre
927 vai haver, em um coletivo de pessoas, alguém que possa ter uma voz destoante, um entendimento
928 diferenciado quanto a determinado juízo de valor. O próprio Presidente da Câmara Técnica expôs,
929 pelas suas convicções, pela sua formação, pelo seu conhecimento, o porquê dele não ter dado esse
930 voto. No entanto, pela circunstância de o encaminhamento ter que ser tomado por votação, ele foi
931 voto vencido. E isso passa, de alguma maneira, aos Conselheiros, uma certa insegurança.
932 Sintomaticamente, sempre que houve processos aqui nos quais alguém da Câmara deu voto contrário,
933 algum Conselheiro pediu vistas, ou levantou algum tipo de preocupação quanto ao processo. Nós
934 temos que amadurecer essa questão para mais adiante. Não quero com isso esvaziar o mérito da
935 discussão, o que reza o art. 22, do Regimento. Ou seja, se nós vamos continuar com as Câmaras
936 tomando deliberação por voto, ou se estas terão que esgotar a discussão e tomar uma decisão por
937 consenso, como ocorre no CONAMA. Quem tem que votar e debater é o Conselheiro, aqui, porque se
938 aqui houver uma votação diferenciada, não unânime, tudo bem, porque esse é o Plenário, o espaço de
939 votação. Então, acho que essa questão nós temos que trazer à discussão mais adiante, talvez na
940 perspectiva da revisão do Regimento nos vários aspectos que mereçam uma adequação. Agora, eu
941 gostaria de pedir, mais uma vez, que quanto mais Conselheiros interessados no debate do assunto
942 puderem participar da discussão no início do processo, melhor para nós. Eu acho que o papel das
943 ONGs é fundamental, já disse uma vez e volto a insistir, se desejarem e puderem contribuir por
944 dentro, proativamente, na Comissão, seria muito bom para nós, porque ajuda a transparecer os fatos
945 aos segmentos. Nós somos um Conselho, somos um todo, não pode parecer que há uma parte
946 pendendo para um lado e uma parte “olhando com o rabo de olho”. Nós queremos proatividade,
947 queremos essa saudável cumplicidade na construção de uma qualidade ambiental que todos
948 almejamos, porque todos temos o mesmo objetivo. Eu quero reafirmar isso: o fato de sermos Governo
949 não descaracteriza a nossa responsabilidade com a questão ambiental. Eu amanhã volto para a minha
950 casa, sou professor, sou biólogo, vou continuar a minha vida e quero voltar tranqüilo quanto ao que
951 fiz. Então, quero dizer que a preocupação deve ser de todos. Na medida do possível, volto a dizer,
952 acho que as ONGs devem, pelo papel que têm, que é importantíssimo, estar participando dessa
953 Câmara Técnica. Esse convite já foi feito, mas eu gostaria de reiterar como Conselheiro, e também
954 como representante da SEMA, pois queremos transparência. Não queremos que participem para
955 legitimar o que não deva ser feito, mas para ajudar, por dentro, a corrigir no nascedouro eventuais
956 problemas que possam surgir. **Sr. Guilherme Dornelles:** Eu acho que foram levantados três itens
957 aqui que poderiam ser objeto de apreciação novamente desse Plenário aqui com relação a esses
958 processos, ao trabalho também da Câmara Técnica. O primeiro é a compatibilização com os planos de
959 bacias. Eu não sei de que forma nós vamos encaminhar esse debate, só estou levantado, as idéias já
960 foram ventiladas aqui. A segunda idéia é uma preocupação nossa também, as equipes técnicas dos
961 municípios. E agora me falha o conhecimento, não sei se a legislação é Federal, ou Estadual, é a nossa
962 resolução que determinou essa equipe técnica, mas acho que se a Secretaria está vendo também que
963 poderia ser aperfeiçoado nesse ponto acho que deveria trazer ao debate para contribuir. Um terceiro
964 item seria com relação à participação dos técnicos na Câmara Técnica. O nome da Câmara é *técnica*,
965 então, ela é uma Câmara privilegiada pela participação dos técnicos, mas isso necessariamente não
966 quer dizer que só técnicos possam participar. Se a sociedade não dispõe de técnicos no quadro das
967 suas Entidades no momento, infelizmente a sociedade vai perder ali no fórum privilegiado de
968 discussão, ela vai ficar devendo, mas também, por outro lado, tem oportunidade de trazer os técnicos
969 para a discussão também para confrontar as propostas. Eu vejo que uma Câmara Técnica tem que ter
970 o aporte de recursos e o suporte técnico do órgão estadual de meio ambiente. Os técnicos das
971 diferentes áreas devem estar presentes nas reuniões da Câmara Técnica, porque essa é a finalidade da
972 Câmara Técnica, a sociedade civil não tem o dever, ou a obrigação de saber tudo. O Estado tem os
973 seus técnicos ali para disponibilizar as informações. Então, por isso que a estrutura da Secretaria de
974 Meio Ambiente, os órgãos de Meio Ambiente é uma estrutura cara e complexa, e é relegada em todos
975 os planos de Governo e de políticas públicas, é um segundo plano, porque realmente funcione como a
976 gente gostaria que funcionasse. Isso é um investimento pesado, talvez não, talvez até a Secretaria
977 tenha outras propostas interessantes de como poderia funcionar isso, mas essa questão para nós, não
978 abrimos mão da presença dos técnicos dos diversos órgãos nas reuniões das Câmaras Técnicas porque
979 só eles têm as informações às vezes possíveis que nós não temos acesso. Muito obrigado. **Sr.**
980 **Presidente:** Mais algum Conselheiro gostaria de se manifestar? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria

981de fazer uma colocação. **Sr. Presidente:** E pedido para o Dr. Cunha. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A
982nossa posição, no caso, não é necessariamente da AGAPAN participar da Câmara Técnica. Isso
983sabemos que estaria à disposição, como em qualquer outra Câmara Técnica, mas que os processos que
984a gente desse acesso antes das reuniões, porque geralmente só temos acesso ao SAABI, que é aquele
985processo que tal município vai ser licenciado na semana da reunião. De fato, fica muito difícil para
986fazermos a avaliação do município, por isso temos pedido várias vista em reuniões a alguns processos.
987Então, talvez algum planejamento maior de pauta para o município que vai ser licenciado, em uma
988reunião de CONSEMA ele pudesse colocado à disposição para os Conselheiros. **Sr. Presidente:**
989Conselheiro Cunha, se me permite, o Prof. Mário gostaria de dar uma informação primeiro. **Sr. Mário**
990**Buede Teixeira:** Gostaria de lembrar o seguinte: a nossa Câmara Técnica foi criada em 2001, no ano
991seguinte ao da aprovação da Resolução 04/2000. Então, estamos já completando praticamente três
992anos de atividade dessa Câmara Técnica. Essa Câmara Técnica originalmente tinha dez representantes
993de Entidades, dessas dez Entidades uma das Entidades solicitou a exclusão. Hoje trabalhamos com
994dez Entidades na Câmara Técnica, dessas dez Entidades, para se ter uma idéia, no ano de 2003, que
995estamos encerrando agora, tivemos dezesseis reuniões, dessas dezesseis reuniões não tivemos *quorum*
996em 25% das reuniões; ou seja, em um quarto das reuniões não houve *quorum*. E das dez Entidades
997representadas três foram as principais responsáveis pela falta de *quorum*. Entre elas a primeira que
998tem a maior a ausência em uma organização não-governamental chamada *Centro de Estudos*
999*Ambientais*. Essa Entidade no ano de 2003 esteve presente apenas duas vezes entre dezesseis reuniões.
1000A outra Entidade é a Secretaria da Cultura, que só esteve presente em três reuniões neste ano, e a
1001outro a SINDIÁGUA, que esteve presente apenas em sete reuniões, ou seja, menos que 50%. Então,
1002essa é a realidade da nossa Câmara Técnica. Isso tem dificultado o nosso trabalho muito, para
1003aprovarmos tivemos nessas reuniões, na primeira reunião tivemos apenas um município, foi São
1004Leopoldo; na segunda dois municípios. Depois aumentou para sete, oito, até a última reunião, que foi
1005esta semana, no dia de ontem, dois municípios que foram avaliados e aprovados. Foram avaliados
1006quatro avaliados e dois aprovados. Eu disse o contrário? O que acontece? Nós tivemos no dia de
1007ontem quatro municípios para serem avaliados, que recebemos da SEMA, da Comissão de
1008Municipalização. De forma que está à disposição de todos os Conselheiros, as nossas reuniões são
1009agendadas com antecedência para que possam fazer parte da nossa reunião lá e eventualmente
1010conhecerem em detalhes como é que se processa o nosso sistema. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:**
1011As reuniões da Câmara Técnica são abertas aos Conselheiros, são públicas. Peço, pois, ao Presidente
1012para depois disponibilizar, se já não está disponibilizado, as datas das reuniões, para que todos os
1013Conselheiros que desejarem interagir no processo, inclusive com direito à voz, acompanhando e
1014questionando, para que não pareça que as coisas não estão sendo facilitadas. Naturalmente, não dá
1015para chegar no colo, mas pode ser disponibilizado. O Conselheiro da AGAPAN se referiu a uma coisa
1016que eu acho que pode ser discutida, mas não nesta reunião, que não cumpre essa função, mas numa
1017reunião ordinária específica. Eu particularmente encaminharia em contrário, porque acho temerário
1018que tão-somente os corpos técnicos da SEMA e da FEPAM estejam envolvidos. O formato nacional
1019prevê, abaixo das Câmaras Técnicas, os chamados GTs, Grupos de Trabalho. O nosso Regimento
1020prevê apenas Câmaras Técnicas Temporárias. Mas grupos de trabalhos cumprem exatamente essa
1021função, constituindo-se de pessoas que têm notório saber em determinadas áreas. E eu acho que tem
1022que incluir mesmo é mais gente de fora, das universidades, das ONGs, seja de que órgão for, porque
1023aduz aqui uma contribuição nova, diferente, uma outra visão. Eu estou Governo hoje, mas não acho
1024que o melhor formato seja apenas os técnicos do Governo. Não porque não confie na capacidade deles
1025e em seu trabalho, mas porque eles já trazem um viés de pensamento e de visão que mais ou menos
1026tende a se repetir; quer dizer, tem uma determinada lógica. Então, acho que o Conselho pode avançar,
1027e nada impede que com esse Regimento que aqui está possamos ter grupos de trabalho para auxiliar as
1028Câmaras Técnicas. É assim que funciona no plano nacional, eles cumprem missão temporária e nós
1029vamos buscar os melhores cérebros, onde quer que estejam, para se somar a nós. Eu acho que isso
1030pode ser um encaminhamento para a próxima reunião ordinária, e com isso ampliamos a base de
1031controle sobre o processo. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só para esclarecer para o Secretário Cunha que
1032já existe essa dinâmica dentro das Câmaras Técnicas, os GTs. Quando há algum assunto pontual, ou
1033muito específico as Câmara Técnicas já atuam com os GTs, já são convidados pessoas de notório
1034saber para compor esse grupo de trabalho para esclarecer melhor a Câmara Técnica. Isso já existe, na
1035nossa dinâmica interna já existe isso. Agora sim, uma proposição aqui para essa Câmara talvez, eu

1036considero que seria importante, que se pudesse avaliar um cronograma de apreciação para a questão
1037dos licenciamentos. Então, uma sugestão: que fosse feito primeiro o protocolo de intenção do
1038município em solicitar a habilitação, que fosse trinta dias antes de ir para a Câmara Técnica. Noventa
1039dias para a apreciação da Câmara Técnica e trinta dias para a disposição dos Conselheiros para análise
1040desse licenciamento. Acho que dessa forma seria uma dinâmica mais transparente. Nós não estamos
1041aqui questionando se existe ou não transparência nessa Câmara, ou em qualquer outra Câmara,
1042estamos sentindo aqui que as colocações da AGAPAN são no sentido de ajudar a facilitar. **Sr.**
1043**Presidente:** Eu pediria para a Conselheira, como se trata de uma reunião extraordinária, que
1044encaminhasse para a próxima reunião ordinária, antes da reunião ordinária, se possível logo em
1045seguida, amanhã, ou depois, para que a gente possa incluir a proposta na pauta da próxima reunião
1046ordinária. Hoje não estou autorizado, por a reunião extraordinária, a votar esse tema. **Sr. Guilherme**
1047**Dornelles:** Só para complementar a proposta: esses trinta dias após a apreciação da Câmara Técnica é
1048para comunicação ao Conselho para efeitos de entrada em pauta de discussão no Plenário. Então, não
1049poderia entrar na próxima reunião senão houvesse uma reunião anterior. Então, nesta reunião é
1050comunicado que na próxima tal município vai ser discutido a visitação. E essa proposta feita pelo
1051Cunha, era justamente essa a idéia que me veio na primeira reunião aqui, que é o modelo de estrutura
1052do Fundo Nacional do Meio Ambiente, ele tem dois grupos técnicos que analisam os processos, com
1053técnicos do próprio Fundo. Então, a questão que temos que ver agora é a forma operacional disso.
1054Então, o município apresenta a sua proposta, ela passa pelo crivo de um grupo técnico e de técnicos
1055contratados pelo CONSEMA, ou pela SEMA, que vão emitir o seu primeiro parecer com relação a
1056todos os itens. Há o primeiro grupo que analisa para a Câmara Técnica do CONSEMA, o primeiro
1057grupo analisa a documentação. Depois, o segundo é um grupo técnico que analisa as questões técnicas
1058do processo. Como o nosso representante do Presidente da Câmara Técnica falou: na minha área não
1059estava bom o projeto. Então, nós temos que ter uma equipe multidisciplinar que analise cada pedido
1060de habilitação nas diferentes áreas técnicas, e emita um parecer para subsidiar o trabalho da Câmara
1061Técnica, porque as Entidades da sociedade civil não tem o compromisso de ter técnicos para analisar
1062aquilo ali. Aquilo é uma Câmara Técnica e vai tomar uma decisão política, já que não entramos no
1063mérito do processo de decisão, por enquanto é o de votação. Então, uma Entidade vai votar a favor, ou
1064contra baseado nas informações que ela receber, e isso precisa de um parecer técnico. Eu entendi
1065assim, a proposta do Cunha e o modelo do Fundo Nacional do Meio Ambiente funciona assim, o
1066trabalho dos Conselheiros, eles têm uma base de informações confiáveis para poder decidir. Sem uma
1067base de informações confiáveis para poder decidir não há como decidir. Então, o Estado tem que
1068disponibilizar essa base de informações, isso por meio de um grupo técnico que emita um parecer
1069sobre os critérios e uma análise sobre o processo como um todo também. Quem decide é a Câmara
1070Técnica e traz a decisão para o Plenário que decide em última instância. Senão, vamos ter que discutir
1071no Plenário aspectos particulares que eram para ter sido discutidos dentro da Câmara Técnica, porque
1072a informação só vai chegar no Plenário, quando deveria chegar na Câmara Técnica. **Sr. Presidente:**
1073Eu acredito que a melhor forma é esperarmos a proposição por escrito para que o Conselho possa
1074encaminhar, provavelmente, à Câmara de Gestão Municipal e depois à Câmara de assuntos Jurídicos
1075para que essa discussão possa ser aprimorada. Então, eu solicitaria que a AGAPAN enviasse essa
1076proposta por escrito o mais rápido possível, para que pudesse ser distribuída imediatamente aos
1077Conselheiros. Eu lembro que a próxima reunião ordinária é no dia 18-12. Não sei se ainda dá para
1078incluir na pauta, daria? É possível desde que chegue imediatamente o pedido aqui. Eu gostaria de
1079lembrar aos Conselheiros que o inimigo do bom é o ótimo. A FAMURS já está questionando a
1080capacidade deste Conselho em fazer habilitação. Vários advogados, inclusive a assessoria jurídica da
1081FEPAM impõe dúvidas com relação a capacidade deste Conselho em habilitar municípios. Parece que
1082a situação ainda de habilitação está bastante tranquila e acho que deveríamos cuidar do excesso para
1083que de repente a FAMURS não inviabilizasse esse processo, que me parece que está muito bom. **Sr.**
1084**Alexandre Bugin:** Até para esclarecimento, tu colocaste um assunto que é polêmico, mas é
1085exatamente em que sentido está sendo questionado? **Sr. Presidente:** Um Conselheiro da FAMURS, o
1086Valtemir já colocou, estava presente, que há dúvidas com relação se o município precisa ou não pedir
1087habilitação ao Estado. A própria FAMURS já colocou neste Plenário, que diz que a Constituição de
108888 permite aos municípios no mesmo nível do então, e no mesmo nível do Estado, em fazer
1089licenciamento ambiental sem dar satisfação ao Estado. Isso é impacto local naturalmente. Só estou
1090repetindo palavras do Conselheiro. Então, acho que o processo está bom, temos que cuidar, quanto

1091mais apertarmos o município, de repente essas questões podem vir à tona. Eu acho que o processo que
1092o Rio Grande do Sul está adotando está muito bom, o Governo do Paraná deu um retrocesso violento
1093com relação a isso, está tentando tirar toda a capacidade dos municípios de licenciarem. Então, só
1094estou recomendando, dizendo que o inimigo do bom é o ótimo. Talvez a gente aperte demais e não
1095consiga que novos municípios se habilitem. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Conselheiro, não sei se
1096esse assunto está encerrado, tenho só duas questões rápidas. A FETAG, como eu disse no início,
1097solicitou fazer parte da composição de Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, tendo como
1098representante o Sr. Elton Roberto Weber, como Titular naturalmente, o Sr. Valdecir José Zonin como
1099Suplente. Algum dos Conselheiros é contra a inclusão da FETAG na composição da Câmara Técnica
1100de Agropecuária e Agroindústria? Não? Então, faremos a resolução para a aprovação final da
1101resolução, Rosaura. Na próxima reunião ordinária, então, aprovaríamos essa resolução. Eu ia
1102apresentar para vocês o novo Secretário de Meio Ambiente de Caxias do Sul, mudou o Secretário há
1103umas duas semanas. O Felipe que estava aqui conosco, acho que ele já foi, mas também não faz mal,
1104eu só queria apresentar, a Secretaria de caxias do Sul mudou o Secretário Municipal semana passada.
1105Há mais alguma questão? **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Na verdade, tenho duas
1106questões, eu ia oficializar isso à Secretaria Executiva do CONSEMA, mas acho que se pode fazer isso
1107agora. Tivemos aquela Audiência Pública da Rota do Sol, onde a representante do DEFAP disse,
1108conforme está aqui na Ata, que está sendo estudada pela nossa equipe, assim como os sinalizadores.
1109Agora já existe mais um projeto de engenharia, um viaduto como alternativa de mitigação para o
1110impacto da Rota do Sol na área da Mata Paludosa. Eu gostaria que esse assunto fosse devidamente
1111esclarecido, de uma forma rápida, na próxima reunião do CONSEMA, uma vez que eu tive
1112informações, não consegui até o momento confirmá-las, de que o DEFAP continuaria com a idéia de
1113fazer um pontilhão e não um viaduto. Então, eu gostaria que fosse apresentado um esclarecimento
1114rápido e sucinto sobre esse assunto. O outro assunto também diz respeito ao DEFAP, porque
1115enviamos uma correspondência à SEMA sobre o fato do DEFAP não estar considerando a proposta de
1116novos limites para o Parque Estadual do Delta do Jacuí. Isso também ficamos sabendo por caminhos
1117diversos, foi um assunto discutido dentro da Câmara Técnica de Biodiversidade, durante bastante
1118tempo, e foi aprovado na última reunião do ano passado. Então, eu recebi uma resposta, só vou ler o
1119primeiro e últimos parágrafos: *Este Departamento não está desconsiderando as deliberações do*
1120*CONSEMA, tanto que a Ata anexada, datada de 06-12, ainda não havia sido aprovada até a data de*
1121*121-08. Também não houve encaminhamento da proposta de redefinição dos limites do Parque*
1122*Estadual do Delta do Jacuí à Assembléia Legislativa.* Eu havia entendido que uma vez a
1123redelimitação do parque sendo aprovada estava dito, subentendido o encaminhamento por parte do
1124DEFAP à Assembléia Legislativa para que, então, o Poder Legislativo fizesse a redefinição. Entendo
1125eu, para isso peço esclarecimento na próxima reunião por que não foi feito isso. até porque o fato de
1126uma Ata não ter sido aprovada não quer dizer que as determinações, as deliberações daquela reunião
1127não estejam vigorando. Acho que vale a pena também ler o último parágrafo; não é o último
1128parágrafo, desculpem. O que foi proposto pelo DEFAP, o DEFAP apresentou uma proposta de
1129trabalho no qual entende que a redefinição, ele diz aqui que o DEFAP está aperfeiçoando a proposta
1130de redefinição dos limites. Na verdade, o que o DEFAP está fazendo é estudando, já realizou duas
1131audiências públicas, já foram realizadas audiências públicas na Assembléia Legislativa. O
1132CONSEMA não foi informado, as ONGs que trabalham com unidades de conservação não foram
1133informadas, ou convidadas para participar dessas audiências públicas. Na verdade, eles não estão
1134discutindo redefinição dos limites do parque, está sendo discutido a proposta de transformação de um
1135parque estadual, ou seja, uma unidade de conservação de uso indireto em uma APA, uma unidade de
1136conservação de uso direto. Então, é uma proposta completamente diferente da aprovada por este
1137Conselho na reunião de dezembro do ano passado. Eu acho fundamental que tenhamos essas duas
1138informações, nem que seja de forma sucinta. A primeira realmente é possível fazer esse
1139esclarecimento de forma sucinta, porque me preocupa cada vez mais que a pessoas encarregada pela
1140Divisão de Unidade de Conservação do DEFAP esteja fazendo essas afirmações que tem feito e que
1141tem nos deixado realmente muito preocupados, inclusive estamos questionando a boa-fé dessa pessoa,
1142no caso da Dra. Margot, em relação a questão da Rota do Sol sobre o viaduto. **Sr. Luiz Paulo**
1143**Rodrigues Cunha:** Gostaria que a Conselheira objetivasse o pleito para ver até que ponto é um pleito
1144da entidade que representa, ou se deve ser um pleito deste Plenário. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**
1145**Monteiro:** O pleito é da minha Entidade para esclarecimento do Plenário. Tendo em vista que em

1146uma Audiência Pública do CONSEMA foi feita uma afirmação, e eu tenho aqui uma outra afirmação
1147dizendo que entre outras coisas a deliberação do CONSEMA não foi validada, até a data tal, porque a
1148Ata não havia sido aprovada. E o DEFAP até o momento não tomou qualquer iniciativa, até onde eu
1149sei, sobre a deliberação na reunião de dezembro do ano passado. Então, eu acredito que esses
1150esclarecimentos caibam sim na Plenária do CONSEMA. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** A minha
1151preocupação é de não se procurar caracterizar, aqui, os legítimos pleitos e preocupações de entidades
1152e segmentos em questões específicas do CONSEMA. Não tenho nenhuma dificuldade em trazer os
1153nossos técnicos aqui para os esclarecimentos que couberem, mas o pedido nesse sentido tem que ser
1154devidamente formalizado pelo Presidente, após deliberação do Plenário. A Conselheira demandou a
1155minha Secretaria alguns esclarecimentos, os quais lhe foram repassados. A senhora estava na reunião,
1156na Audiência Pública lá na Assembléia, podia ter argüido, ou questionado na hora, lá, quanto às
1157dúvidas porventura existentes. E agora quer trazer para o âmago do CONSEMA uma questão pontual,
1158específica, que é uma inquietação compreensível sua. Primeiro, questiono se é assunto para ser
1159colocado aqui e agora, porque não é um item previsto na pauta de discussões. Não estou, com isso,
1160querendo esvaziar o debate, mas a senhora pode colocar na reunião ordinária próxima, desde que a
1161questão venha objetivada. E que o Plenário tenha clareza da questão, porque eu não quero – falo isso
1162com muita tranqüilidade – que nós da SEMA fiquemos sendo continuamente pautados de fora, até
1163porque temos missões específicas a cumprir. Naquilo que for do interesse coletivo do Conselho que
1164seja debatido, não há nenhum problema, de nossa parte, em trazer as pessoas diretamente envolvidas
1165para os esclarecimentos pertinentes. Mas não espero que o Conselho seja usado como caixa de
1166ressonância para determinados pleitos de caráter pessoal ou de grupos. Não nos furtamos a lhe prestar
1167novos esclarecimentos. Se a senhora não se deu por satisfeita, que oficie novamente ao Secretário e
1168vamos seguir tocando as coisas. Agora mesmo a senhora acaba de levantar publicamente uma questão
1169que é temerária, que é a suspeição quanto à boa-fé de uma técnica do DEFAP. Então, a senhora
1170precisa fundamentar isso, para que caiba a devida contrarrestação ao que a senhora está afirmando.
1171Mas faça fundamentadamente, porque acho que temos que jogar essas coisas com transparência. Nós
1172não queremos sonegar nada, mas não queremos também que o Conselho seja instrumento para
1173querelas localizadas. **Sr. Presidente:** Eu gostaria de fazer um esclarecimento, apesar de termos aberto
1174para as pessoas se manifestarem, a pauta não está prevendo Assuntos Gerais. Eu não posso deliberar,
1175em princípio, nada; por isso que eu pedi para que se fizesse uma minuta de resolução para se aprovar
1176a questão da FETAG na reunião ordinária. Não pode ser aprovada aqui. Então, vou pedir para a
1177Conselheira Kátia que formalize, se puder amanhã, ou depois, para que isso vá para a pasta dos
1178Conselheiros, para a reunião do dia 18, e o Conselho delibere aqui no dia 18. Eu não posso votar nada
1179aqui. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Secretário Cunha, eu concordo plenamente com o
1180senhor que não se deve tratar neste Conselho de assuntos pontuais. E eu tenho procurado as questões
1181que são de interesse da minha Entidade, tenho procurado fazer os questionamentos para a SEMA, ou
1182para os órgãos em questão. No caso da Audiência da Rota do Sol, quando a Dra. Margot afirmou que
1183o DEFAP estava analisando a construção de um viaduto eu acreditei. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**
1184**Cunha:** Existia também essa possibilidade. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Sim, diz
1185assim: *agora já existem mais projetos de engenharia de um viaduto*. Então, isso foi dito na hora e é o
1186que vai ao encontro do Comitê Estadual da Reserva Biosfera, que é o coletivo que está discutindo essa
1187questão da Rota do Sol de forma mais permanente. O que eu trouxe aqui a questão é de que, na
1188verdade, o DEFAP não estaria vendo essa questão do viaduto. Realmente estaria vendo a questão do
1189pontilhão. Aí, nesse caso, eu gostaria de ter esse esclarecimento na reunião do CONSEMA, uma vez
1190que a afirmação foi na reunião do CONSEMA. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Mais algum
1191Conselheiro gostaria de se manifestar? Nós já estamos com o *quorum* próximo a zero. Então,
1192agradeço a presença de todos. Lembro novamente da reunião do dia 18, às 14h:, neste Plenário.
1193(Encerra-se a reunião às 17h10min)